

Informações trimestrais (ITR)

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

31 de março de 2017
com relatório sobre a revisão de informações
trimestrais



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Administradores e Acionistas da
TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR respectivamente referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.



Ênfases

Continuidade operacional da TPI - Triunfo Participação e Investimentos S.A. e controladas

A continuidade das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - Concer, Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. e Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., denominadas em conjunto “controladas”, dependem de aportes de capital próprio e/ou de terceiros para cumprir com as dívidas vencidas nas controladas até 31 de março de 2017 e a vencer nos próximos 12 meses, conforme Notas Explicativas nº 1 i, ii), iv), v) e vi) e 15. Os planos da Administração para continuidade operacional da Companhia e suas controladas estão descritas na Nota Explicativa nº 1 e preveem alienação de ativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas Notas Explicativas, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade dos investimentos necessários para manutenção de suas operações. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Continuidade operacional da controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Sem ressaltar nossa conclusão, chamamos atenção para as Nota Explicativa nº 11 às informações contábeis intermediárias, que indica que a controlada indireta em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. (“ABV”), controlada da Aeroportos Brasil S.A., incorreu no prejuízo de R\$71.148 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2017 e que, naquela data, apresenta insuficiência de capital circulante líquido de R\$442.506 mil e R\$440.268 mil, individual e consolidado, respectivamente. Conforme descrito na referida nota explicativa, a ABV encontra-se em fase de reorganização financeira e operacional, de forma a equalizar sua insuficiência de capital circulante líquido, que decorre, principalmente, da retração econômica com reflexos em suas operações e do elevado endividamento, em especial relativo à outorga a pagar ao poder concedente pela concessão e a financiamentos obtidos com terceiros. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto: (i) à capacidade de continuidade operacional da ABV, bem como de realização de seus ativos e de liquidação de seus passivos, caso o plano de reorganização financeira e operacional, que envolve a renegociação de suas obrigações junto ao poder concedente e junto a credores, não seja concluído conforme esperado pela Administração da ABV; e (ii) à realização, por consequência, do ativo mantido para venda da Companhia na Aeroportos Brasil S.A. registrado pelo montante de R\$ 322.597 mil nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de 31 de março de 2017. Estas informações contábeis intermediárias foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da controlada indireta em conjunto ABV e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da ABV continuar operando.

Continuidade operacional da controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3 às informações contábeis intermediárias, a controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa encerrará suas operações em 4 de julho de 2017, em razão da conclusão do prazo de concessão. As informações contábeis intermediárias da investida foram preparadas no pressuposto do encerramento do contrato de concessão. Nossa conclusão não está sendo ressalvada em função deste assunto.

Revisão Interna

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, o Conselho de Administração da Companhia adotou ações investigativas com o propósito de prestar esclarecimentos específicos e concretos sobre os mandados de busca e apreensão, cumprido pela Polícia Federal, em 10 de novembro de 2016, na sede da Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de sua controlada Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte sobre determinados pagamentos realizados à empresas sob investigação de autoridades públicas.

As ações investigativas desses pagamentos ainda se encontram em andamento, e, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzidos pela Administração, bem como pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas emitidas para o período de três findo em 31 de março de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 11 de maio de 2016 sem qualquer modificação.



São Paulo, 10 de maio de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ezequiel Litvac', is written over the printed name and registration information.

Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP249186/O-5

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	67
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	71
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	74
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	176.000
Preferenciais	0
Total	176.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.493
Preferenciais	0
Total	2.493

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.023.284	2.072.794
1.01	Ativo Circulante	801.149	797.879
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	346	350
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de caixa	346	350
1.01.03	Contas a Receber	35.428	21.704
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	35.428	21.704
1.01.03.02.01	Adiantamento a fornecedores	5	341
1.01.03.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	35.232	21.246
1.01.03.02.03	Outros créditos	191	117
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.871	2.709
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.871	2.709
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	762.504	773.116
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	762.504	773.116
1.01.08.01.01	Participações a comercializar	762.504	773.116
1.02	Ativo Não Circulante	1.222.135	1.274.915
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	277.168	276.088
1.02.01.03	Contas a Receber	12.791	12.415
1.02.01.03.01	Clientes	12.791	12.415
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	264.377	263.673
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	264.377	263.673
1.02.02	Investimentos	890.301	944.402
1.02.02.01	Participações Societárias	890.301	944.402
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	890.301	944.402
1.02.03	Imobilizado	9.638	9.760
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.638	9.760
1.02.04	Intangível	45.028	44.665
1.02.04.01	Intangíveis	45.028	44.665

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.023.284	2.072.794
2.01	Passivo Circulante	239.986	235.827
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.549	1.531
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.549	1.531
2.01.02	Fornecedores	712	719
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	712	719
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.349	1.984
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.349	1.984
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	44.444	51.609
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	44.444	51.609
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	44.444	51.609
2.01.05	Outras Obrigações	185.932	179.984
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	143.444	134.585
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	143.444	134.585
2.01.05.02	Outros	42.488	45.399
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	41.608	40.000
2.01.05.02.05	Outros débitos	880	5.399
2.02	Passivo Não Circulante	908.671	861.376
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	20.610	16.190
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.610	16.190
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	20.610	16.190
2.02.02	Outras Obrigações	710.615	676.738
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	710.615	676.738
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	710.615	676.738
2.02.04	Provisões	177.446	168.448
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	177.446	168.448
2.02.04.01.05	Provisão sobre PL negativo de controladas	177.446	168.448
2.03	Patrimônio Líquido	874.627	975.591
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	-301.629	-301.629
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-10.894	-10.894
2.03.02.07	Reservas de capital	-290.735	-290.735
2.03.03	Reservas de Reavaliação	100.113	105.255
2.03.04	Reservas de Lucros	0	72.440
2.03.04.01	Reserva Legal	0	32.224
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	40.216
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-17.169	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	250.333	256.546

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-62.434	-9.859
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.214	-11.071
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.354	-3.322
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-2.383	-2.972
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.003	-3.295
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-121	-141
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-119	-107
3.04.02.06	Amortização de ágio sobre investimentos	-1.234	-1.234
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.385	3.920
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	3.385	3.920
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-95	-260
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-95	-260
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-56.510	-2.448
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-56.510	-2.448
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-62.434	-9.859
3.06	Resultado Financeiro	-33.303	-21.619
3.06.01	Receitas Financeiras	12.220	14.640
3.06.01.01	Receitas Financeiras	12.220	14.640
3.06.02	Despesas Financeiras	-45.523	-36.259
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-45.523	-36.259
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-95.737	-31.478
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-95.737	-31.478
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-5.227	6.381
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-100.964	-25.097
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,58190	-0,14421
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,58190	-0,14421

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-100.964	-25.097
4.02	Outros Resultados Abrangentes	11.355	11.302
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	5.142	4.612
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	6.213	6.690
4.03	Resultado Abrangente do Período	-89.609	-13.795

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-290	-22.462
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.406	-5.947
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-100.964	-25.097
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	121	141
6.01.01.05	Amortização do Intangível	1.353	1.341
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	1	0
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.281	27.049
6.01.01.09	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-2.015	-4.589
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	56.510	2.448
6.01.01.13	Amortização de custo de emissão de debêntures	204	-859
6.01.01.14	Ajuste a valor justo	33.876	0
6.01.01.15	Resultado de Operações Descontinuadas	5.227	-6.381
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.708	-10.646
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-162	1.956
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	-4.403	-12.557
6.01.02.05	Fornecedores	-7	-65
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.018	485
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	1.365	-590
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	-4.519	125
6.01.03	Outros	4.824	-5.869
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.939	42.795
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-18.294	-38.582
6.02.03	Recebimento da venda de investimento	0	48.335
6.02.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	15.071	36.412
6.02.06	Aquisição de Bens do Imobilizado	0	-7
6.02.08	Adições ao Ativo Intangível	-1.716	-3.363
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.225	-78.935
6.03.03	Compra de ações em tesouraria	0	-5.138
6.03.05	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-43.925	-65.432
6.03.06	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	55.147	27.534
6.03.07	Juros Recebidos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	0	626
6.03.08	Captações através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	0	80.280
6.03.09	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-4.096	-109.030
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-1.901	-6.284
6.03.11	Juros Pagos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	0	-1.491
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4	-58.602
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	350	109.488
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	346	50.886

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-89.609	-11.355	-100.964
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-100.964	0	-100.964
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	11.355	-11.355	0
5.05.02.06	Realização da reserva de reavaliação	0	0	0	5.142	-5.142	0
5.05.02.07	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	6.213	-6.213	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-72.440	72.440	0	0
5.06.05	Absorção de Prejuízos	0	0	-72.440	72.440	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-301.629	0	-17.169	350.446	874.627

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-298.084	391.906	0	405.343	1.342.144
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-298.084	391.906	0	405.343	1.342.144
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-5.138	0	0	0	-5.138
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-5.138	0	0	0	-5.138
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25.097	0	-25.097
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-25.097	0	-25.097
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-13.795	25.097	-11.302	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-13.795	13.795	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	4.612	-4.612	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	6.690	-6.690	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-303.222	378.111	0	394.041	1.311.909

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	14.740	15.222
7.01.02	Outras Receitas	14.740	15.222
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	11.355	11.302
7.01.02.02	Outras Receitas	3.385	3.920
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.247	-3.405
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.152	-3.145
7.02.04	Outros	-95	-260
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.493	11.817
7.04	Retenções	-1.474	-1.482
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.474	-1.482
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.019	10.335
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-44.290	12.192
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-56.510	-2.448
7.06.02	Receitas Financeiras	12.220	14.640
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-34.271	22.527
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-34.271	22.527
7.08.01	Pessoal	3.820	5.511
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.373	4.873
7.08.01.02	Benefícios	362	496
7.08.01.03	F.G.T.S.	85	142
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	588	771
7.08.02.01	Federais	566	756
7.08.02.02	Estaduais	1	2
7.08.02.03	Municipais	21	13
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45.703	36.421
7.08.03.01	Juros	45.583	36.312
7.08.03.02	Aluguéis	120	109
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-89.609	-13.795
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-89.609	-13.795
7.08.05	Outros	5.227	-6.381
7.08.05.01	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	5.227	-6.381

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	4.952.992	4.974.355
1.01	Ativo Circulante	1.082.742	1.067.203
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	73.508	69.781
1.01.02	Aplicações Financeiras	47.460	28.163
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	47.460	28.163
1.01.03	Contas a Receber	156.665	139.524
1.01.03.01	Clientes	65.713	71.372
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	90.952	68.152
1.01.03.02.01	Contas a receber - Partes relacionadas	52.940	30.140
1.01.03.02.02	Contas a receber - contratos de concessão	38.012	38.012
1.01.06	Tributos a Recuperar	23.095	21.797
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	23.095	21.797
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	782.014	807.938
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	762.504	794.238
1.01.08.03	Outros	19.510	13.700
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	6.867	6.999
1.01.08.03.02	Outros créditos	12.643	6.701
1.02	Ativo Não Circulante	3.870.250	3.907.152
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	227.756	202.247
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	174	6.712
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	174	6.712
1.02.01.03	Contas a Receber	16.311	12.461
1.02.01.03.01	Clientes	16.311	12.461
1.02.01.06	Tributos Diferidos	155.035	130.494
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	155.035	130.494
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	26.154	23.897
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	26.154	23.897
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	30.082	28.683
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	7.378	5.655
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	4.414	4.516
1.02.01.09.05	Outros Créditos	18.290	18.512
1.02.03	Imobilizado	72.193	73.402
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	72.193	73.402
1.02.04	Intangível	3.570.301	3.631.503
1.02.04.01	Intangíveis	3.570.301	3.631.503

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	4.952.992	4.974.355
2.01	Passivo Circulante	2.146.650	2.207.383
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	35.890	30.783
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	35.890	30.783
2.01.02	Fornecedores	104.404	106.218
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	104.404	106.218
2.01.03	Obrigações Fiscais	111.624	106.867
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.569.856	1.644.472
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.299.091	1.421.838
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.299.091	1.421.838
2.01.04.02	Debêntures	270.765	222.634
2.01.04.02.01	Debêntures	270.765	222.634
2.01.05	Outras Obrigações	297.746	295.520
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	24.837	18.007
2.01.05.02	Outros	272.909	277.513
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	43.152	41.543
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	561	299
2.01.05.02.06	Outros débitos	23.526	18.668
2.01.05.02.07	Notas Promissórias	205.033	216.993
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	637	10
2.01.06	Provisões	27.130	23.523
2.01.06.02	Outras Provisões	27.130	23.523
2.01.06.02.04	Obrigações contrato de concessão	27.130	23.523
2.02	Passivo Não Circulante	1.801.243	1.655.671
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.311.781	1.172.169
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	368.713	225.145
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	368.713	225.145
2.02.01.02	Debêntures	943.068	947.024
2.02.01.02.01	Debêntures	943.068	947.024
2.02.02	Outras Obrigações	64.411	63.850
2.02.02.02	Outros	64.411	63.850
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	28.756	26.924
2.02.02.02.05	Receitas Diferidas, Líquidas	2.666	3.005
2.02.02.02.06	Outros débitos	10.364	10.269
2.02.02.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	22.625	23.652
2.02.03	Tributos Diferidos	253.008	259.758
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	253.008	259.758
2.02.04	Provisões	172.043	159.894
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.918	4.907
2.02.04.01.06	Provisão para demandas judiciais e administrativas	5.918	4.907
2.02.04.02	Outras Provisões	166.125	154.987
2.02.04.02.04	Obrigações contrato de concessão	166.077	154.939
2.02.04.02.05	Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	48	48
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.005.099	1.111.301
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	-301.629	-301.629

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-10.894	-10.894
2.03.02.07	Reservas de Capital	-290.735	-290.735
2.03.03	Reservas de Reavaliação	100.113	105.255
2.03.04	Reservas de Lucros	0	72.440
2.03.04.01	Reserva Legal	0	32.224
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	40.216
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-17.169	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	250.333	256.546
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	130.472	135.710

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	351.872	415.350
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-235.662	-271.375
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-51.716	-46.915
3.02.02	Custo de manutenção - IAS 37	-10.778	-12.828
3.02.03	Custo de construção	-35.266	-103.361
3.02.07	Custo com pessoal	-25.088	-21.758
3.02.08	Depreciação do imobilizado (custo)	-486	-26
3.02.10	Amortização do intangível (custo)	-83.942	-64.006
3.02.11	Amortização do intangível (mais valia)	-17.101	-12.123
3.02.12	Remuneração do poder concedente	-11.285	-10.358
3.03	Resultado Bruto	116.210	143.975
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-43.477	-46.346
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-43.419	-46.319
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-20.270	-21.309
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-4.595	-6.347
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-12.905	-14.018
3.04.02.04	Depreciação do imobilizado (custo)	-894	-1.188
3.04.02.05	Amortização do intangível (custo)	-3.343	-2.057
3.04.02.06	Amortização de Ágio sobre Investimentos	-1.412	-1.400
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	123	456
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	123	456
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-181	-476
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-181	-476
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-7
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	72.733	97.629
3.06	Resultado Financeiro	-195.398	-135.073
3.06.01	Receitas Financeiras	2.606	11.839
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.606	11.839
3.06.02	Despesas Financeiras	-198.004	-146.912
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-198.004	-146.912
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-122.665	-37.444
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	21.690	4.015
3.08.01	Corrente	-9.599	-10.830
3.08.02	Diferido	31.289	14.845
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-100.975	-33.429
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-5.227	6.381
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-106.202	-27.048
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-100.964	-25.097
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5.238	-1.951
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-100.964	-27.048
4.02	Outros Resultados Abrangentes	11.355	11.302
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	5.142	4.612
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	6.213	6.690
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-89.609	-15.746
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-84.371	-13.795
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5.238	-1.951

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	181.986	177.083
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	166.875	143.042
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-100.964	-25.097
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-31.289	-14.845
6.01.01.04	Depreciação do imobilizado	1.380	1.214
6.01.01.05	Amortização do intangível	105.798	79.586
6.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado e intangível	69	10
6.01.01.07	Margem de construção	-1.752	-11.128
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	138.790	117.873
6.01.01.09	Variações monetárias de contratos com empresas ligadas, operações não comerciais	-72	-856
6.01.01.10	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	1.011	87
6.01.01.13	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas	-339	-3.128
6.01.01.14	Participação de Acionistas não Controladores	-5.238	-1.951
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	0	7
6.01.01.17	Resultado de equivalência patrimonial - participações a comercializar	5.227	-6.381
6.01.01.19	Ajuste a valor justo de derivativos e debêntures	53.395	4.762
6.01.01.20	Amortização custos na emissão de debêntures	859	2.889
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	15.111	34.041
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	1.809	50.965
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-1.196	7.264
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	-20.070	2.249
6.01.02.05	Fornecedores	-1.814	-26.670
6.01.02.06	Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	6.815	-9.866
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.107	2.411
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-3.010	-2.968
6.01.02.09	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9.599	10.830
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	19.960	25.880
6.01.02.13	Outras variações de passivos	-2.089	-26.054
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-32.761	-110.113
6.02.02	Aquisição de Investimento	0	-9.084
6.02.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	3.624	21.124
6.02.05	Aquisição de Bens do Imobilizado	-209	-639
6.02.07	Adições ao Ativo Intangível	-36.176	-121.514
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-145.498	-140.729
6.03.01	Integralização de capital em dinheiro	0	10.867
6.03.02	Compra de ações em tesouraria	0	-5.138
6.03.08	Captações Através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16.000	149.389
6.03.09	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-91.909	-209.709
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-69.589	-84.243
6.03.11	Pagamentos para empresas ligadas, operações não comerci	0	-1.895

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.727	-73.759
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.781	156.406
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	73.508	82.647

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591	135.710	1.111.301
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591	135.710	1.111.301
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-100.964	0	-100.964	-5.238	-106.202
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-100.964	0	-100.964	-5.238	-106.202
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-72.440	83.795	-11.355	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-72.440	72.440	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	5.142	-5.142	0	0	0
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	6.213	-6.213	0	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-301.629	0	-17.169	350.446	874.627	130.472	1.005.099

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-298.084	391.906	0	405.343	1.342.144	124.991	1.467.135
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-298.084	391.906	0	405.343	1.342.144	124.991	1.467.135
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-5.138	0	0	0	-5.138	10.867	5.729
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-5.138	0	0	0	-5.138	0	-5.138
5.04.08	Outras Transações de Não Controladores	0	0	0	0	0	0	10.867	10.867
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25.097	0	-25.097	-1.951	-27.048
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-25.097	0	-25.097	-1.951	-27.048
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-13.795	25.097	-11.302	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-13.795	13.795	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	4.612	-4.612	0	0	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	6.690	-6.690	0	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-303.222	378.111	0	394.041	1.311.909	133.907	1.445.816

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	395.919	458.033
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	341.365	326.433
7.01.02	Outras Receitas	54.554	131.600
7.01.02.01	Receitas de Construção	37.018	114.489
7.01.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	11.355	11.302
7.01.02.03	Outras Receitas	6.181	5.809
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-116.625	-175.910
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.584	-20.503
7.02.04	Outros	-93.041	-155.407
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-53.393	-51.764
7.02.04.02	Custos de Construção	-35.266	-103.361
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-4.382	-282
7.03	Valor Adicionado Bruto	279.294	282.123
7.04	Retenções	-107.178	-80.800
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-107.178	-80.800
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	172.116	201.323
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.567	11.832
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-7
7.06.02	Receitas Financeiras	2.567	11.839
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	174.683	213.155
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	174.683	213.155
7.08.01	Pessoal	34.723	40.728
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.028	29.725
7.08.01.02	Benefícios	7.291	7.913
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.572	1.911
7.08.01.04	Outros	832	1.179
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.013	36.576
7.08.02.01	Federais	67	18.546
7.08.02.02	Estaduais	299	82
7.08.02.03	Municipais	16.647	17.948
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	212.567	157.978
7.08.03.01	Juros	194.443	136.413
7.08.03.02	Aluguéis	4.568	4.447
7.08.03.03	Outras	13.556	17.118
7.08.03.03.01	Remuneração do poder concedente	11.285	10.358
7.08.03.03.02	Outras	2.271	6.760
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-94.847	-15.746
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-89.609	-13.795
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-5.238	-1.951
7.08.05	Outros	5.227	-6.381
7.08.05.02	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	5.227	-6.381



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31.03.2017

A Companhia divulga suas Demonstrações Financeiras de acordo com as normas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – *International Accounting Standard Board*.

A Triunfo Participações e Investimentos S.A., com o objetivo de gerar recursos e reduzir o seu grau de endividamento e de suas controladas, iniciou em conjunto com assessores legais e financeiros os procedimentos para a alienação de sua participação acionária nos ativos Aeroportos Brasil S.A., Portonave S.A.– Terminais Portuários de Navegantes, Tijoá Participações e Investimentos S.A. e CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A.. Desta forma, conforme determina o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), a Companhia classificou os investimentos realizados nas controladas destinadas à venda na rubrica “Participações a comercializar”, no ativo circulante das Demonstrações Financeiras da controladora e de seu consolidado. Os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de “Resultado de operações descontinuadas” na demonstração de resultado, separadamente dos resultados das operações em continuidade. Os resultados de equivalência patrimonial do primeiro trimestre de 2016 referentes aos investimentos destinados à venda foram reclassificados para Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas para fins de comparabilidade, de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

A Companhia destaca, ainda, que os ativos citados acima estão registrados nas Demonstrações Financeiras pelo valor patrimonial dos investimentos, que representam valor inferior ao seu valor justo, conforme instrui o CPC 31 (IFRS 5).

CONSOLIDADO

A **Receita Bruta consolidada** atingiu R\$381,2 milhões, variação de -14,0% comparado com o resultado do 1T16, impactada principalmente pela redução da receita de construção e margem de construção dos aditivos, com a paralisação das obras do aditivo da Concer. Esse resultado foi parcialmente compensado pelo aumento na receita de arrecadação de rodovias (+4,6%), impulsionada por ganhos com reajustes tarifários no período. A **Receita Líquida Ajustada consolidada** atingiu R\$314,8 milhões no trimestre, crescimento de 4,7% comparado ao mesmo período de 2016.

Receita Operacional (R\$ mil)	1T17	1T16	Δ
Arrecadação de Pedágio	341.366	326.433	4,6%
Construção de Ativos das Concessões	37.018	114.489	-67,7%
Outras Receitas	2.819	2.487	13,3%
Receita Operacional Bruta (ROB)	381.203	443.409	-14,0%
Deduções da Receita Bruta	(29.331)	(28.059)	4,5%
Receita Operacional Líquida (ROL)	351.872	415.350	-15,3%
Construção de Ativos das Concessões	37.018	114.489	-67,7%
Receita Operacional Líquida Ajustada	314.854	300.861	4,7%



**Custos e Despesas Operacionais:**

Os **custos operacionais (caixa) consolidados** (excluindo custos de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização) atingiram R\$ 88,1 milhões no trimestre (+11,5%). As **despesas operacionais (caixa) consolidadas** registraram R\$ 37,8 milhões (-9,3%). A variação dos **custos + despesas com efeito caixa** de +4,3% deve-se, principalmente, ao crescimento dos custos de operação e manutenção das rodovias devido ao crescimento dos custos de manutenção da concessionária Concebra no período.

Custos Operacionais (R\$ mil)	1T17	1T16	Δ
Operação e Manutenção das Rodovias	(51.716)	(41.901)	23,4%
Custo com Pessoal	(25.088)	(25.031)	0,2%
Obrigações da Concessão	(11.285)	(12.099)	-6,7%
Custo com Efeito Caixa	(88.089)	(79.031)	11,5%
Depreciação e Amortização	(101.529)	(76.155)	33,3%
Custo de Construção	(35.266)	(103.361)	-65,9%
Provisão para Manutenção - IAS 37	(10.778)	(12.828)	-16,0%
Custo Operacional Total	(235.662)	(271.375)	-13,2%

Despesas Operacionais (R\$ mil)	1T17	1T16	Δ
Despesas Gerais e Administrativas	(20.270)	(21.309)	-4,9%
Remuneração dos Administradores	(4.595)	(6.347)	-27,6%
Despesas com Pessoal	(12.905)	(14.018)	-7,9%
Outras Receitas (Despesas) Administrativas	(58)	(20)	190,0%
Despesas com Efeito Caixa	(37.828)	(41.694)	-9,3%
Depreciação e Amortização	(5.649)	(4.645)	21,6%
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	6.374	-100,0%
Despesa Operacional Total	(43.477)	(39.965)	8,8%

Custo com Efeito Caixa	(88.089)	(79.031)	11,5%
Despesa com Efeito Caixa	(37.828)	(41.694)	-9,3%
Custo + Despesa (Caixa)	(125.917)	(120.725)	4,3%

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO E LUCRO BASE DIVIDENDOS

O **resultado financeiro** totalizou R\$ 195,4 milhões de despesa no 1T17, aumento de 44,7% comparado ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função da maior variação monetária das operações financeiras atreladas a CDI, IPCA e TJLP, renovações de dívidas de curto prazo e devido à Primeira Emissão de Debêntures conversíveis em ações de colocação privada da controlada Vênus Participações e Investimentos S.A.. O valor principal da emissão é de R\$647,3 milhões. A debênture da Vênus foi reconhecida como um passivo a valor justo por meio de resultado, utilizando técnicas de avaliação e premissas que são praticadas no mercado.

Em razão dos fatores apresentados acima, a Companhia registrou um prejuízo líquido consolidado no valor de R\$101,0 milhões no 1T17. Devido ao prejuízo do período, não há saldo à disposição dos acionistas no trimestre.





Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	1T17	1T16	Δ
Lucro Operacional	72.733	104.010	-30,1%
Resultado Financeiro	(195.398)	(135.073)	44,7%
Receitas Financeiras	2.606	11.839	-78,0%
Despesas Financeiras	(198.004)	(146.912)	34,8%
Variação Cambial	-	-	n/c
Resultado Antes dos Impostos	(122.665)	(31.063)	294,9%
Impostos Sobre Lucro	21.690	4.015	440,2%
Impostos Correntes	(9.599)	(10.830)	-11,4%
Impostos Diferidos	31.289	14.845	110,8%
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas	(5.227)	-	n/c
Participação de Acionistas Não Controladores	5.238	1.951	168,5%
Participação de Acionistas Controladores	(100.964)	(25.097)	302,3%



Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

As controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.4.

Resumo dos eventos relevantes ocorridos no primeiro trimestre de 2017:

i) Empréstimo-ponte BNDES – Concebra

A Companhia foi informada em 4 de janeiro de 2017 pelo Banco do Brasil e pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (“BDMG”) que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) notificou referidas instituições financeiras para que sejam honradas as suas respectivas fianças bancárias prestadas ao BNDES no âmbito do empréstimo-ponte contraído junto à instituição pela controlada Concebra.

O empréstimo-ponte era garantido por fiança bancária prestada pelo Banco do Brasil no valor principal de R\$100 milhões e pelo BDMG no valor principal de R\$60 milhões, além das remunerações previstas no empréstimo-ponte, e por fiança da Triunfo. As fianças bancárias prestadas pelo Banco do Brasil e pelo BDMG, por sua vez, são garantidas por cessão fiduciária de recebíveis outorgada pela Concebra, por alienação fiduciária de ações de emissão da Concebra e por fiança da Triunfo.

O empréstimo-ponte em questão foi liberado pelo BNDES à controlada em parcelas, de junho de 2014 à outubro de 2015, no valor de aproximadamente R\$690 milhões, e o vencimento ocorreu em 15 de dezembro de 2016.

A quitação do empréstimo-ponte seria realizada com parte dos recursos do empréstimo de longo prazo no montante total de R\$3,6 bilhões, o qual havia sido aprovado pela diretoria do BNDES em fevereiro de 2016.

Em 30 de janeiro de 2017 foi protocolado pelo BNDES uma ação de execução por quantia certa na 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com a cobrança do pagamento imediato da dívida, líquida da parte honrada pelos fiadores. Até a data de divulgação dessas informações trimestrais, a Companhia não havia sido notificada formalmente da ação.

ii) Vencimento dívidas – Concer

A controlada Concer foi notificada em 16 de janeiro de 2017 pela Planner Trustee DTVM Ltda. (“Planner”), na qualidade de agente fiduciário, sobre a declaração de vencimento das notas promissórias da Concer, no valor de R\$234 milhões, e sobre o vencimento antecipado da 1ª Emissão de Debêntures da concessionária, no valor de R\$178 milhões.

Notas Explicativas

Os credores das notas promissórias são os bancos Itaú, Banco do Brasil e Santander. O crédito foi contratado com a finalidade de antecipar recursos até a liberação integral do empréstimo ponte firmado com o BNDES, estruturado para financiar a execução das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis, previstas no 12º Termo Aditivo do Contrato de Concessão.

O vencimento das notas promissórias e o não pagamento da parcela de amortização da 1ª emissão de Debêntures da Concer tiveram como consequência o vencimento antecipado das debêntures, contratadas junto aos bancos Itaú e Santander.

A Concer mantém as tratativas com os credores para liquidação das obrigações financeiras e readequação do perfil de endividamento.

iii) Revisão interna – Triunfo

A Companhia comunicou ao mercado em 06 de fevereiro de 2017 que, por determinação do Conselho da Administração, está em andamento um trabalho de revisão interna para apurar a natureza, extensão e impacto dos fatos relacionados, porém não limitados, aos mandados de busca e apreensão de documentos cumpridos pela Polícia Federal em 10 de novembro de 2016.

A Companhia contratou o Souza, Cescon, Barriou e Flesch Advogados e a ICTS Global Serviços de Consultoria em Gestão de Riscos Ltda., para a realização da revisão interna.

iv) Plano de melhoria da estrutura de capital – Triunfo

A Companhia comunicou ao mercado, em 06 de fevereiro de 2017, que pretendia elaborar um plano de melhoria de sua estrutura de capital, avaliando a possibilidade de alienar ativos.

Em complemento, em 28 de março de 2017 foi divulgado ao mercado que a Triunfo iniciou, em conjunto a seus assessores financeiros e legais, os procedimentos para alienação de sua participação acionária nos ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE, visando gerar recursos e reduzir o seu grau de endividamento e de suas controladas.

v) Notificação para pagamento – Concer e Concebra

A Triunfo e suas controladas Concer e Concebra informaram ao mercado em 07 de fevereiro de 2017 que tomaram conhecimento da existência de ações de execução movidas pelo BNDES para que efetuem, em parcela única, o pagamento dos empréstimos-ponte concedidos para as controladas.

De acordo com levantamentos preliminares, no caso de Concer, o valor executado é de R\$ 219 milhões, vencido em novembro de 2016, e o valor executado na Concebra é de R\$ 760 milhões, vencida em dezembro de 2016. A exigibilidade de tais dívidas já está sendo controvertida em ações que a Companhia ajuizou, juntamente com suas controladas, em face do BNDES, perante a Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro.

Notas Explicativas

Até a data de divulgação das informações trimestrais, a Companhia ainda não recebeu citação, mas manterá o mercado devidamente informado a respeito desse assunto.

vi) Notificação para pagamento – Vessel

Em 20 de março de 2017, a controlada Vessel foi notificada pela Planner Trustee DTVM, na qualidade de agente fiduciário da emissão, sobre a declaração de vencimento antecipado da Primeira Emissão de Debêntures da Vessel. A Companhia mantém as tratativas para liquidação com os credores.

O montante referente à debênture da Vessel já está integralmente classificado no passivo circulante em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

Plano de alienação de ativos e continuidade operacional:

Tendo em vista os eventos relevantes ocorridos em 2016 e no primeiro trimestre de 2017 relacionados a vencimento de dívidas, a Companhia iniciou um plano de alienação de ativos, destinando à venda as participações nas investidas Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que o plano de alienação de ativos é um item importante do planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações trimestrais em 10 de maio de 2017.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e o resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, equivalente ao IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

2.2. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Reclassificação de saldos

Os saldos de resultado de equivalência patrimonial do primeiro trimestre de 2016 dos investimentos destinados à venda também foram reclassificados para Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas, para fins de comparabilidade, conforme CPC 31 (IFRS 5). Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 11.

2.4. Bases de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial.

O exercício social e as informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Notas Explicativas

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

Controladas

Companhias	31/03/17		31/12/16	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	100,0	-	100,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	100,0	-	100,0	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	64,98	-	64,98	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	62,50	-	62,50	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Triunfo Convale")	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	100,0	-	100,0	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	100,0	-	100,0	-
BR Vias Holding TBR S.A. ("Holding TBR") (ii)	-	100,0	-	100,0
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (iii)	-	100,0	-	100,0
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	100,0	-	100,0	-
Trevally Participações e Investimentos S.A ("Trevally")	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro")	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda ("Dable") (ii)	100,0	-	100,0	-
Maestra Serviços de Engenharia S.A. ("Maestra")	100,0	-	100,0	-
NTL - Navegação e Logística S.A. ("NTL")	100,0	-	100,0	-
Vessel Log Serviços de Engenharia S.A. ("Vessel") (i)	100,0	-	100,0	-
Maestra Shipping LLP ("LLP") (i)	-	100,0	-	100,0
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	64,00	-	64,00	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	100,0	-	100,0	-
Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz")	100,0	-	100,0	-
Venus Participações e Investimentos S.A. ("Venus")	100,0	-	100,0	-
Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio")	100,0	-	100,0	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	100,0	-	100,0	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	100,0	-	100,0	-
Terlip Terminal de Logística Integrada do Paraná S.A. ("Terlip")	100,0	-	50,0	-

- (i) A Vessel detém 100,0% de participação na LLP.
(ii) A Dable detém 100,0% de participação na BRVias Holding TBR.
(iii) A BRVias Holding TBR detém 100,0% de participação na controlada Transbrasiliana.

Controladas em conjunto

Companhias	31/03/17		31/12/16	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave") (i)	33,33	16,77	33,33	16,77
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (i)	-	50,0	-	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (i)	-	50,0	-	50,0
Vetria Mineração S.A. ("Vetria") (ii)	-	15,79	-	15,79
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (ii)	-	15,79	-	15,79
Aeropostos Brasil S.A. ("ABSA") (v)	48,12	-	48,12	-
Aeropostos Brasil - Viracopos S.A. ("Viracopos") (iii)	-	24,54	-	24,54
Viracopos Estacionamentos S.A. ("VESA") (iii)	-	24,54	-	24,54
Tijóá Participações e Investimentos S.A. ("Tijóá") (iv)	-	50,10	-	50,10
Centro de Soluções Estratégicas S.A. ("CSE") (iv)	-	50,10	-	50,10
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") (vi)	52,50	-	52,50	-

- (i) A Portonave detém 100,0% de participação na Iceport e Teconnave.
(ii) A Vetria detém 100,0% de participação na TPB.
(iii) A Viracopos detém 100,0% de participação na VESA.
(iv) A controlada Juno detém 50,1% de participação na Tijóá e no CSE.
(v) A ABSA detém 51% de participação em Viracopos.
(vi) A concessão do Sistema Rodoviário BR-470/SC foi cancelada quando ainda estava em fase pré-operacional. A controlada em conjunto não possui movimentação financeira.

Notas Explicativas

2.5. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As informações trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.6. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, não há impactos relevantes para a Companhia e investidas.

3. Contratos de concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade, segregados por segmento do negócio:

i) *Concessionárias de rodovias*

Concer

A Concer explora 180 km da BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado.

Concepa

A Concepa explora 121 km da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Guaíba, e o entroncamento da BR-116/RS. O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Concepa e o Poder Concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Em 17 de abril de 2017, a Concepa recebeu ofício da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres solicitando a prorrogação da concessão até que se efetive a assunção pelo novo concessionário. A Companhia encontra-se em negociação com o Poder Concedente para determinar as condições e formalizar a prorrogação do contrato de concessão.

Econorte

A Econorte explora 341 km das Rodovias do Estado do Paraná (BR-369 e PR-323). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos.

Concebra

A Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Concebra”) explora as rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47

Notas Explicativas

municípios. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão está previsto para 30 anos.

Transbrasiliana

A Transbrasiliana explora 321,6 km do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos. O início da concessão ocorreu em 13 de fevereiro de 2008, e o prazo da concessão está previsto para 25 anos.

ii) *Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

As controladas Rio Guaíba, Rio Tibagi, Vessel e Maestra prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação e ampliação das rodovias às concessionárias de rodovias. Esses serviços são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente. Em 2017, devido à reestruturação do cronograma de obras e à redução dos serviços contratados pela Concebra, a Vessel terá suas atividades suspensas. Os ativos da Vessel estão registrados pelo valor líquido recuperável.

iii) *Prestação de serviços de operação e manutenção de usina hidrelétrica*

Tijóá

A Tijóá tem por objeto específico a geração de energia elétrica através da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos”) em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). A UHE Três Irmãos possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

A Triunfo possui participação indireta de 50,1% na Tijóá desde agosto de 2014.

iv) *Administração de portos*

Portonave

A Portonave possui o direito de exploração do terminal de uso privado, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina, por 25 anos, contados a partir de 26 de janeiro de 2015, renováveis sucessivamente por mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e canal de acesso em adequação para profundidade de menos 14 metros e uma retro área com capacidade estática para 30 mil TEUs (twenty-foot equivalent unity, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

Notas Explicativas

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas. A câmara possui capacidade para estocar 16 mil posições pallets de carga congelada.

v) *Administração de aeroportos*

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("Viracopos"), assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 24,54%, uma vez que:

a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico com a seguinte composição acionária: Triunfo com 48,12%, UTC Participações S.A. com 48,12%, e Egis Airport Operation com 3,76%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Viracopos pagará à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente ao total de R\$3.821.010. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita operacional bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais. O valor total atualizado da outorga a pagar em 31 de março de 2017 é de R\$2.873.830, líquido de compensações e pagamentos já efetuados.

Em 31 de março de 2017, o saldo a pagar referente à outorga fixa vencida em 2016, líquida de abatimentos referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro, é de R\$147.867. Parte dos recursos estão disponíveis em conta reserva, porém para liquidação da outorga com os recursos é necessária a obtenção de anuência dos bancos credores. Até a data de emissão dessas informações trimestrais, as anuências não haviam sido formalizadas.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
Disponibilidades	5	9	68.460	65.938
Aplicações financeiras	341	341	5.048	3.843
	346	350	73.508	69.781

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário (CDB), lastreados ao rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	31/03/17	31/12/16
Transbrasiliana	8.345	8.318
Econorte	39.192	19.922
NTL	97	6.635
	47.634	34.875
Parcela do circulante	47.460	28.163
Parcela do não circulante	174	6.712

A controlada Transbrasiliana mantém aplicação financeira em CDB, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos CDIs, mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES.

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme nota explicativa nº 16. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário.

A controlada NTL possui aplicação financeira vinculada referente a créditos de AFRMM – Adicional ao frete para renovação da marinha mercante. Os recursos que estavam liberados até 31 de dezembro de 2016 foram utilizados para amortizar seu empréstimo junto ao BNDES em fevereiro de 2017.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	-	-	51.687	54.151
Uso da faixa de domínio	-	-	21.416	20.363
Outras contas a receber (i)	12.791	12.415	17.629	18.027
	12.791	12.415	90.732	92.541
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(8.708)	(8.708)
	12.791	12.415	82.024	83.833
Ativo circulante	-	-	65.713	71.372
Ativo não circulante	12.791	12.415	16.311	12.461

Notas Explicativas

- i) O saldo apresentado na Controladora é referente ao contrato de cessão de crédito de AFAC realizado para a Egis (sócia da Triunfo na investida Aeroportos Brasil), que foi firmado em abril de 2016 para que a Egis integralizasse capital na investida. O valor cedido foi de R\$11.250 e está sendo atualizado a 100% do CDI. O prazo de pagamento em espécie é o término da concessão do aeroporto. O contrato possui como garantia as ações da Egis na Aeroportos Brasil.

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	<u>31/03/17</u>	<u>31/12/16</u>
A vencer	82.024	83.833
Vencidos há mais de 90 dias	8.708	8.708
	<u>90.732</u>	<u>92.541</u>

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/17</u>	<u>31/12/16</u>
Saldo no início do exercício	(8.708)	(1.752)
Adições	-	(6.956)
Baixas	-	-
Saldo no final do período	<u>(8.708)</u>	<u>(8.708)</u>

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias.

A provisão constituída é considerada suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

7. Contas a receber – contratos de concessão

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/17</u>	<u>31/12/16</u>
Contas a receber de aditivos - Concepa	38.012	38.012
	<u>38.012</u>	<u>38.012</u>

A controlada Concepa recebeu em 16 de abril de 2014, por meio do 13º termo aditivo do contrato de concessão, a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra previa alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

Em 1º de abril de 2016, a Concepa recebeu do Poder Concedente o montante parcial de R\$241.686, restando um saldo de R\$38.012 a receber. De acordo com o contrato aditivo, caso não ocorra a liquidação financeira, o saldo restante a receber poderá ser convertido em extensão de prazo do contrato de concessão, por período proporcional aos valores não liquidados.

Notas Explicativas

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	493	369	5.813	4.953
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	1.287	995
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.372	2.334	4.744	4.711
Programa de Integração Social – PIS	-	-	1.735	1.735
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	-	-	7.963	7.963
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	-	3.383	3.505
Outros	6	6	2.584	2.451
	2.871	2.709	27.509	26.313
Parcela do circulante	2.871	2.709	23.095	21.797
Parcela do não circulante	-	-	4.414	4.516

9. Impostos de renda sobre o lucro

A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Consolidado	
	31/03/17	31/12/16
<u>Prejuízo fiscal e base negativa (i)</u>	63.983	44.893
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão para manutenção	44.287	39.050
Instrumentos financeiros derivativos	8.503	8.430
Provisão para contingências	4.880	4.443
Amortização de ágio	770	770
Lucros não realizados	7.197	7.217
Outras provisões temporárias	219	219
	65.856	60.129
IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliana (ii)	25.196	25.472
	155.035	130.494

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (R\$19.893), Concebra (R\$18.540), Transbrasiliana (R\$20.905) e Maestra (R\$4.645).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana.

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável é:

Notas Explicativas

Consolidado	
Exercício a findar-se em:	
2017	34.244
2018	19.501
2019	7.872
2020	1.007
A partir de 2021	1.359
	<u>63.983</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	31/03/17	31/12/16
Reserva de reavaliação	65.762	71.140
Receita de construção – Aditivos	118.119	120.667
Custos financeiros capitalizados	14.957	13.754
Estorno de amortizações – ICPC 01	54.170	54.197
	<u>253.008</u>	<u>259.758</u>

c) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados - Controladora

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	<u>31/03/17</u>	<u>31/12/16</u>
Triunfo	<u>839.231</u>	<u>678.656</u>
	<u>839.231</u>	<u>678.656</u>

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros tributáveis e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

d) Imposto de renda e contribuição social - resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado:

Notas Explicativas

	31/03/17				
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(95.737)	(83.737)	23.016	33.793	(122.665)
À alíquota fiscal vigente (34%)	32.551	28.471	-	-	-
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(19.213)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(723)	508	-	-	-
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(5)	-	-	-
Parcela isenta do IRPJ	-	6	-	-	-
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(12.615)	(2.594)	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	-	(5.200)	(4.399)	-	(9.599)
IRPJ e CSLL diferidos	-	31.586	-	(297)	31.289
Total de IRPJ e CSLL	-	26.386	(4.399)	(297)	21.690
Alíquota efetiva	0%	32%	19%		

	31/03/16				
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(31.478)	(25.977)	24.199	(4.188)	(37.444)
À alíquota fiscal vigente (34%)	10.703	8.833	-	-	-
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.337	600			
Juros sobre o capital próprio	-	861			
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(1.860)	(280)			
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	32			
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(10.180)	(1.739)			
Parcela isenta do IRPJ	-	10			
IRPJ e CSLL correntes	-	(6.086)	(4.744)	-	(10.830)
IRPJ e CSLL diferidos	-	14.403	-	442	14.845
Total de IRPJ e CSLL	-	8.317	(4.744)	442	4.015
Alíquota efetiva	0%	32%	20%		

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

10. Transações com partes relacionadas

As concessionárias de rodovias contrataram as controladas Rio Tibagi, Rio Guaíba, Maestra e Vessel para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura), ampliação das rodovias e outros serviços de engenharia. Esses serviços foram contratados quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$17.140, R\$24.063, R\$6.847 e R\$1.123, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

As transações com partes relacionadas são referentes a operações com controladas, controladas em conjunto e sociedades que estão sob controle comum da Companhia. Os principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	31/03/2017			31/12/2016		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado (31/03/16)
Dividendos a receber:						
Concer	1	-	-	1	-	-
Concepa	-	-	-	6	-	-
Portonave	35.231	-	-	20.031	-	-
TPI Log	-	-	-	1.208	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	-	18.812	(706)	-	18.054	(639)
Portonave (v)	-	537	(16)	-	522	(15)
Concepa (xii)	-	106.591	(4.493)	-	101.721	(1.315)
Rio Guaíba (xiii)	-	-	(34)	-	1.201	-
Outros:						
Rio Guaíba	-	63	-	-	290	-
Portonave (xv)	-	13.277	-	-	12.773	-
Outros	-	4.164	-	-	24	129
Total do circulante	35.232	143.444	(5.249)	21.246	134.585	(1.840)
Mútuos financeiros:						
Maestra (ii)	105.752	-	4.157	101.221	-	3.237
Vetorial (iii)	426	-	14	411	-	12
Aeroportos Brasil (iv)	-	-	-	-	-	548
Vetria Mineração (vi)	2.112	-	72	2.033	-	312
BR Vias Holding TBR (vii)	12.668	-	379	12.244	-	351
Transbrasiliana (viii)	69.172	-	2.071	66.854	-	1.352
Concebra (ix)	-	-	-	-	-	316
Concepa (x)	-	-	-	-	-	23
Vessel (xi)	-	-	-	-	-	411
Rio Claro (xvi)	17.296	-	570	25.843	-	-
Vênus (xvii)	-	710.615	(33.876)	-	676.738	-
Concer (xviii)	201	-	-	-	-	-
Outros:						
Maestra	1.492	-	-	1.404	-	160
Econorte	180	-	1.883	208	-	585
Rio Tibagi	54	-	706	1.223	-	194
Rio Guaíba	2	-	34	-	-	284
Concepa	1.428	-	4.785	2.353	-	1.080
Concer	8.025	-	2.273	5.554	-	-
Concebra	8.637	-	-	7.787	-	954
Transbrasiliana	6.637	-	-	6.376	-	296
Juno (xiv)	19.473	-	-	19.473	-	-
TPI Log	9.559	-	-	9.559	-	-
Outros	1.263	-	477	1.130	-	166
Total do não circulante	264.377	710.615	(16.455)	263.673	676.738	10.281
Total	299.609	854.059	(21.704)	284.919	811.323	8.441

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Mútuo referente a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 127% da variação do CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (v) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vi) Mútuo referente a captações da Vetria com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 2% a.a., que corresponde ao custo de captação da Triunfo.
- (vii) Mútuo referente a captações da BRVias Holding com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (viii) Mútuo referente a captações da Transbrasiliana com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (ix) Mútuo referente a captações da Concebra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (x) Mútuo referente a captações da Concepa com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xi) Mútuo referente a captações da Vessel com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

Notas Explicativas

- (xii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Concepa, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xiii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Guaíba, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xiv) Contas a receber da Juno referente à venda das cotas do FIP Constantinopla para a controlada.
- (xv) Contas a pagar à Portonave referente a processo judicial em nome da investida em que a Companhia será responsável pelo desembolso financeiro.
- (xvi) Mútuo referente a captações da Rio Claro com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xvii) Refere-se à debênture emitida pela controlada Vênus, que foi repassada à TPI com as mesmas taxas e condições estabelecidas na Escritura original (vide detalhes na nota explicativa nº 16 - Debêntures).
- (xviii) Mútuo referente a captações da Concer com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 7% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

	Consolidado					
	31/03/17			31/12/16		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado (31/03/16)
Dividendos a receber:						
Portonave	52.847	-	-	28.839	-	-
TPI Log	-	-	-	1.208	-	-
Tijóá	93	-	-	93	-	-
Prestação de serviço:						
Compasa (Concer) (i)	-	-	-	-	-	-
Compasa (Econorte) (i)	-	2.797	-	-	673	-
CTSA (Transbrasiliana) (i)	-	3.402	-	-	3.984	-
Mútuos financeiros:						
Portonave (vi)	-	537	(16)	-	522	(15)
Outros:						
Portonave (viii)	-	13.277	-	-	12.773	-
Outros	-	4.824	-	-	55	-
Total do circulante	52.940	24.837	(16)	30.140	18.007	(15)
Mútuos financeiros:						
Vetorial (ii)	426	-	14	411	-	12
Aeroportos Brasil (v)	-	-	-	-	-	548
Vetria (vii)	2.112	-	72	2.033	-	312
Outros:						
Vetria (iii)	20.308	-	-	20.305	-	-
Outros	3.308	-	323	1.148	-	-
Total do não circulante	26.154	-	409	23.897	-	872
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (iv)	5.545	-	-	14.828	-	-
Consórcio NSS (Concer) (iv)	59.154	-	-	55.249	-	-
CTSA (Concebra) (iv)	103.461	-	-	78.892	-	-
Total de imobilizado/intangível	168.160	-	-	148.969	-	-
Total	247.254	24.837	393	203.006	18.007	857

- (i) As Concessionárias de Rodovias contrataram a Construtora Triunfo S.A. (“CTSA”), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias e no aeroporto estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Contas a receber da controlada TPI-Log com a controlada em conjunto Vetria, referente a despesas e estudos pagos pela Companhia.
- (iv) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (v) Mútuos referentes a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 127% da variação do CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vi) Mútuo referente a captação da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vii) Mútuo referente a captações da Vetria com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais um spread de 2,0% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (viii) Contas a pagar à Portonave referente a processo judicial em nome da investida em que a Companhia será responsável pelo desembolso financeiro.

Notas Explicativas

11. Participações a comercializar e operações descontinuadas

Ativo mantido para venda

Com o objetivo de melhorar sua estrutura de capital, a Companhia implementou um plano de alienação de ativos. Com este plano, espera-se no curto prazo gerar recursos e reduzir o seu grau de endividamento. Dentre os investimentos que detém participação, a Companhia destacou os ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE, os quais serão mantidos para venda.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia classificou seus investimentos nas controladas em conjunto citadas acima na rubrica “Participações a comercializar” no ativo circulante das demonstrações financeiras da controladora e do consolidado. Conforme o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), os ativos estão registrados pelo valor contábil dos investimentos, que representam valor inferior ao seu valor justo.

	Controladora e consolidado					Participações a comercializar em 31/03/17	Participações a comercializar em 31/12/16
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras	Ágio gerado na aquisição		
Investida							
Aeroportos Brasil (i)	576.672	48,12%	277.495	45.102	-	322.597	340.967
Portonave	630.119	50,00%	315.060	7.072	78.449	400.581	415.233
Tijoá	18.213	50,10%	9.124	-	6.452	15.576	14.414
CSE	5.662	50,10%	2.837	-	-	2.837	2.502
Investimentos destinados à venda	1.230.666		604.516	52.174	84.901	741.591	773.116
Vetria	149.935	15,79%	23.675	(2.762)	-	20.913	21.122
Operações descontinuadas	149.935		23.675	(2.762)	-	20.913	21.122
Participações a comercializar e operações descontinuadas	1.380.601		628.191	49.412	84.901	762.504	794.238

- (i) A investida apresenta no período um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminados nas demonstrações consolidadas.

Os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de “Resultado de operações descontinuadas” na demonstração de resultado do exercício consolidada, separadamente dos resultados das operações em continuidade. Os resultados de equivalência patrimonial do primeiro trimestre de 2016 referentes aos investimentos destinados à venda foram reclassificados para Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas para fins de comparabilidade, conforme CPC 31 (IFRS 5).

Investimento	Resultado de operações descontinuadas – Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
Aeroportos Brasil	(18.371)	(646)
Portonave	11.772	5.298
Tijoá	1.161	1.604
CSE	335	125
Vetria	(124)	-
Total	(5.227)	6.381

Notas Explicativas

Os principais saldos de ativos, passivos e das contas de resultado dos investimentos destinados à venda e das operações descontinuadas estão demonstrados a seguir.

	<u>Aeroportos Brasil (i)</u>	<u>Aeroportos Brasil – Viracopos (iii)</u>	<u>Viracopos Estacionamentos (ii)</u>	<u>CSE</u>	<u>Tijóá</u>
Caixa e equivalente de caixa	4	244.026	8.010	2.561	21.779
Demais contas ativo circulante	29	130.889	235	3.227	15.324
Ativo não circulante	713.092	6.874.758	504	1.632	29.247
Total do ativo	713.125	7.249.673	8.749	7.420	66.350
Empréstimos e financiamentos - circulante	23.997	181.331	-	-	-
Debêntures –circulante	-	19.353	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	13.618	616.737	6.013	1.758	27.423
Empréstimos e financiamentos – não circulante	98.798	1.871.568	-	-	-
Debêntures – não circulante	-	456.652	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	40	2.728.595	2.378	-	20.714
Patrimônio líquido	576.672	1.375.437	358	5.662	18.213
Total do passivo e PL	713.125	7.249.673	8.749	7.420	66.350
Receita operacional líquida	-	139.283	5	4.030	30.057
Custo dos serviços prestados	-	(60.264)	(636)	(2.850)	(25.208)
Depreciação	-	(208)	-	(124)	(37)
Amortização	-	(27.957)	(2)	-	-
Lucro bruto	-	50.854	(633)	1.056	4.812
Despesas operacionais líquidas	(13)	(19.535)	-	(227)	(910)
Depreciação	-	(88)	-	-	(38)
Amortização	-	(81)	-	(22)	(81)
Resultado de equivalência patrimonial	(36.286)	(553)	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(26.068)	89	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(36.299)	4.529	(544)	807	3.783
Receitas financeiras	-	7.179	233	77	359
Despesas financeiras	(2.852)	(119.205)	(527)	(14)	(237)
Resultado financeiro líquido	(2.852)	(112.026)	(294)	63	122
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(39.151)	(107.497)	(838)	870	3.905
IR/CSLL					
Correntes	-	-	-	(201)	(1.584)
Diferidos	974	36.349	285	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	(38.177)	(71.148)	(553)	669	2.321

(i) A Aeroportos Brasil detém 51% de participação na Aeroportos Brasil Viracopos.

(ii) A Viracopos Estacionamentos é subsidiária integral da Aeroportos Brasil Viracopos.

(iii) Em 31 de março de 2017 a investida Aeroportos Brasil Viracopos (ABV) apresentou prejuízo no montante de R\$71.148, capital circulante líquido negativo de R\$442.506 e patrimônio líquido de R\$1.375.437. A insuficiência de capital circulante líquido é principalmente relacionada à outorga a pagar e aos financiamentos obtidos com terceiros. No entanto, a Administração da controlada em conjunto espera alterações significativas no fluxo de caixa operacional devido a alguns eventos, como por exemplo: (i) retomada do crescimento da economia brasileira, que deve reabastecer a demanda aérea, (ii) menor necessidade de recursos para a execução de obras (CAPEX) e (iii) dedução da outorga a pagar devido ao reequilíbrio econômico financeiro aprovado em dezembro de 2016.

Notas Explicativas

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport (iv)</u>	<u>Teconnave (iv)</u>	<u>Vetria</u>	<u>TPB (v)</u>
Caixa e equivalente de caixa	89.944	862	3	1.078	-
Demais contas ativo circulante	57.955	4.011	108	304.670	-
Ativo não circulante	1.412.354	9.819	-	-	70.852
Total do ativo	1.560.253	14.692	111	305.748	70.852
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	-	-	77.821	-
Debêntures - Passivo circulante	123.998	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	142.772	3.259	4	77.992	30
Debêntures - não circulante	363.365	-	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	299.999	14.279	648	-	-
Patrimônio líquido	630.119	(2.846)	(541)	149.935	70.822
Total do passivo e PL	1.560.253	14.692	111	305.748	70.852
Receita operacional líquida	114.341	5.775	-	(2)	-
Custo dos serviços prestados	(25.092)	(5.946)	-	-	-
Depreciação e amortização	(27.532)	(5)	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	61.717	(176)	-	(2)	-
Despesas operacionais líquidas	(8.234)	(437)	(35)	(61)	(30)
Depreciação e amortização	(2.129)	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(61)	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(253)	-	18	1	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	51.040	(613)	(17)	(62)	(30)
Receitas financeiras	1.562	582	-	49	-
Despesas financeiras	(17.158)	(5)	(2)	(2.998)	-
Variação cambial, líquida	34	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(15.562)	577	(2)	(2.949)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	35.478	(36)	(19)	(3.011)	(30)
IR/CSLL					
Correntes	(15.206)	-	(4)	-	-
Diferidos	3.271	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	23.543	(36)	(23)	(3.011)	(30)

(iv) A Iceport e a Teconnave são subsidiárias integrais da Portonave.

(v) A TPB é subsidiária integral da Vetria.

Notas Explicativas

12. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora					Investimentos permanentes em 31/03/17	Investimentos permanentes em 31/12/16
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras	Participações a comercializar		
Econorte	62.839	100%	62.839	-	-	62.839	65.718
Rio Tibagi	15.702	100%	15.702	-	-	15.702	14.343
Concepa	122.726	100%	122.726	-	-	122.726	120.021
Rio Guaíba	9.897	100%	9.897	-	-	9.897	3.805
Concer (i)	377.452	64,98%	245.268	6.505	-	251.773	260.059
Rio Bonito	12.785	62,50%	7.990	-	-	7.990	8.084
Concebra	342.197	100%	342.197	-	-	342.197	373.210
Convale	13.673	100%	13.673	(13.313)	-	360	360
TPI-Log (v)	32.158	100%	32.158	-	(20.913)	11.245	32.364
Trevally	1	100%	1	-	-	1	1
Rio Claro	8.896	100%	8.896	-	-	8.896	10.231
Dable (ii)	9.007	100%	9.007	-	-	9.007	2.359
NTL	2.916	100%	2.916	-	-	2.916	2.010
ATTT (i)	131	64,00%	84	49	-	133	133
Santa Cruz	20.792	100%	20.792	-	-	20.792	20.792
Terlip	2.375	100%	2.375	-	-	2.375	2.375
Taboca	4.263	100%	4.263	-	-	4.263	4.263
Tucano	8.892	100%	8.892	-	-	8.892	8.892
Retirinho	2.674	100%	2.674	-	-	2.674	2.674
Guariroba	2.865	100%	2.865	-	-	2.865	2.864
Estrela	2.755	100%	2.755	-	-	2.755	2.755
Rio Dourado	-	100%	-	-	-	-	-
Vênus	-	100%	-	-	-	-	7.086
Mercurio	1	100%	1	-	-	1	1
Minerva	1	100%	1	-	-	1	1
Netuno	1	100%	1	-	-	1	1
Total Investimentos	1.054.999		917.973	(6.759)	(20.913)	890.301	944.402
Vênus (iii)	98.960	100%	98.960	-	(102.662)	(3.702)	-
Juno (iv)	(967)	100%	(967)	-	(18.413)	(19.380)	(19.380)
Rio Paraíba	(311)	100%	(311)	-	-	(311)	(311)
Ecovale (i)	-	52,5%	-	(48)	-	(48)	(48)
Vessel	(35.437)	100%	(35.437)	(839)	-	(36.276)	(32.554)
Maestra	(104.595)	100%	(104.595)	(13.134)	-	(117.729)	(116.155)
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(42.350)		(42.350)	(14.021)	(121.075)	(177.446)	(168.448)
Total Investimentos Líquido	1.012.649		875.623	(20.780)	(141.988)	712.855	775.954

- (i) As controladas apresentam no período um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.
- (ii) A controlada Dable detém 100% de participação nas investidas BRVias Holding e Transbrasiliana.
- (iii) A Vênus possui 16,67% de participação na Portonave, e o saldo de seu investimento está apresentado em Participações a comercializar – nota explicativa nº11.
- (iv) A Juno possui 50,1% de participação na Tijoá e no CSE, e os saldos dos investimentos estão apresentados em Participações a comercializar – nota explicativa nº11.
- (v) A TPI-Log possui 15,79% de participação na Vetria, que encontra-se em operações descontinuadas – nota explicativa nº 11.

	Consolidado			
	31/03/2017		31/12/2016	
	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Terlip (i)	-	-	-	(7)
Total Investimentos em controladas	-	-	-	(7)
Ecovale	(48)	-	(48)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(48)	-	(48)	-

- (i) A TPI passou a deter 100% de participação na controlada Terlip em dezembro de 2016 e, portanto, a investida passou a ser consolidada pela Companhia.

Notas Explicativas**b) Movimentação dos investimentos permanentes**

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/16	Aportes (reduções) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Transferências	Investimentos permanentes em 31/03/17	Resultado de equivalência patrimonial 31/03/16
Econorte	65.718	-	(2.879)	-	-	62.839	(3.183)
Rio Tibagi	14.343	-	5.618	(4.259)	-	15.702	4.406
Concepa	120.021	-	2.705	-	-	122.726	1.909
Rio Guaíba	3.805	-	14.487	(8.395)	-	9.897	15.652
Concer	260.059	1.327	(9.613)	-	-	251.773	(3.267)
Rio Bonito	8.084	-	(94)	-	-	7.990	(161)
Concebra	373.210	-	(31.013)	-	-	342.197	(5.232)
	-	-	-	-	-	-	983
Convale	360	7	(7)	-	-	360	(85)
Rio Paraiba	(311)	-	-	-	-	(311)	92
Ecovale	(48)	-	-	-	-	(48)	-
TPI-Log (i)	32.364	10	(92)	-	(21.037)	11.245	(1)
Trevally	1	-	-	-	-	1	-
Rio Claro	10.231	2	(1.337)	-	-	8.896	(346)
FIP Constantinopla	-	-	-	-	-	-	(324)
Vessel	(32.554)	849	(4.571)	-	-	(36.276)	(2.958)
Maestra	(116.155)	709	(2.283)	-	-	(117.729)	(2.642)
NTL	2.010	1.643	(737)	-	-	2.916	(894)
ATTT	133	-	-	-	-	133	-
Juno	(19.380)	1	(1)	-	-	(19.380)	-
Santa Cruz	20.792	2	(2)	-	-	20.792	-
Terlip	2.375	9	(9)	-	-	2.375	(7)
Taboca	4.263	-	-	-	-	4.263	(10)
Dable	2.359	13.718	(7.070)	-	-	9.007	(6.367)
Tucano	8.892	5	(5)	-	-	8.892	(1)
Retirinho	2.674	1	(1)	-	-	2.674	(1)
Guariroba	2.864	7	(6)	-	-	2.865	(1)
Estrela	2.755	1	(1)	-	-	2.755	(10)
Rio Dourado	-	-	-	-	-	-	-
Venus (ii)	7.086	3	(19.599)	-	8.808	(3.702)	-
Mercurio	1	-	-	-	-	1	-
Minerva	1	-	-	-	-	1	-
Netuno	1	-	-	-	-	1	-
Total	775.954	18.294	(56.510)	(12.654)	(12.229)	712.855	(2.448)

(i) Saldo do investimento Vetría na TPI-Log transferido para Participações a comercializar e operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 11.

(ii) Transferência do saldo de dividendos distribuído pela Portonave à Vênus para Participações a comercializar, vide nota explicativa nº 11.

Notas Explicativas**c) Informações sobre os saldos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em 31 de março de 2017**

<u>Controlada</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>
Econorte	70.169	341.090	121.302	227.118	62.839	(2.879)
Rio Tibagi	5.264	20.290	9.742	110	15.702	5.618
Concepa	188.280	33.641	81.652	17.543	122.726	2.705
Rio Guaíba	12.341	2.212	4.656	-	9.897	14.487
Concer	42.993	1.285.524	773.081	177.984	377.452	(14.794)
Rio Bonito	12.330	1.522	1.047	20	12.785	(151)
Convale	51	13.624	2	-	13.673	(7)
Rio Paraíba	-	-	312	-	(312)	-
Concebra	25.205	1.500.060	838.445	344.623	342.197	(31.013)
Dable	1	9.006	-	-	9.007	(7.070)
BRVias Holding	1.494	119.041	21.553	57.342	41.640	(7.426)
Transbrasiliana	20.458	571.883	250.651	222.648	119.042	(3.740)
Maestra	21.281	4.827	17.352	113.351	(104.595)	(2.319)
Vessel Log	3.274	21.415	56.077	4.049	(35.437)	(4.574)
NTL	6.938	7.430	4.140	7.312	2.916	(737)
TPI - Log	21.415	20.302	9.559	-	32.158	(216)
Santa Cruz	-	20.792	-	-	20.792	(2)
Rio Claro	17.088	9.288	17.480	-	8.896	(1.337)
Tucano	-	8.892	-	-	8.892	(5)
Retirinho	-	2.674	-	-	2.674	(1)
Guariroba	-	2.865	-	-	2.865	(6)
Estrela	-	2.755	-	-	2.755	(1)
Taboca	-	4.263	-	-	4.263	-
Rio Dourado	-	-	-	-	-	-
Juno	18.506	-	19.473	-	(967)	1.498
ATTT	-	131	-	-	131	-
Venus	120.279	710.615	-	731.934	98.960	(15.675)
Mercurio	1	-	-	-	1	(1)
Netuno	1	-	-	-	1	(1)
Minerva	1	-	-	-	1	(1)
Trevally	1	-	-	-	1	-
Terlip	9	2.366	-	-	2.375	(9)

d) Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado

	Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) líquido	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/03/16
Controladora	874.627	975.591	(100.964)	(25.097)
Participação de acionistas não controladores	130.472	135.710	(5.238)	(1.951)
Consolidado	1.005.099	1.111.301	(106.202)	(27.048)

Notas Explicativas

13. Imobilizado

	Consolidado							Total
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Veículos	Outros	
Custo								
Saldo em 31/12/2016	36.608	21.312	7.318	2.003	4.679	27.851	973	100.744
Construções / Aquisições	-	-	34	87	38	46	4	209
Baixas	-	-	(40)	(18)	(4)	-	-	(62)
Saldo em 31/03/2017	36.608	21.312	7.312	2.072	4.713	27.897	977	100.891
Depreciação								
Saldo em 31/12/2016	-	(5.029)	(4.006)	(1.273)	(3.431)	(13.405)	(198)	(27.342)
Depreciação	-	(200)	(154)	(68)	(100)	(843)	(15)	(1.380)
Baixas	-	-	15	8	1	-	-	24
Saldo em 31/03/2017	-	(5.229)	(4.145)	(1.333)	(3.530)	(14.248)	(213)	(28.698)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2016	36.608	16.283	3.312	730	1.248	14.446	775	73.402
Saldo em 31/03/2017	36.608	16.083	3.167	739	1.183	13.649	764	72.193
Taxas de depreciação média	-	4%	10%	10%	20%	20%	10%	

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

14. Intangível

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01-Contratos de Concessão não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de exploração das rodovias, por meio de cobrança de pedágio dos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada as curvas de tráfego e de passageiros/cargas estimadas como base para a amortização.

Notas Explicativas

Custo	Controladora						Total Controladora
	Ágio na aquisição			Desenvolvimento de projetos (iii)	Licenças de uso e softwares	Total	
	Econorte (i)	Vessel	Esparta - Rio Guaíba				
Saldo em 31/12/2016	41.476	114	267	4.028	31.512	1.669	79.066
Adições	-	-	-	-	1.716	-	1.716
Saldo em 31/03/2017	41.476	114	267	4.028	33.228	1.669	80.782
Amortização							
Saldo em 31/12/2015	(29.989)	-	(248)	(2544)	(732)	(888)	(34.401)
Amortização	(588)	-	(9)	(636)	(57)	(63)	(1.353)
Saldo em 31/03/2017	(30.577)	-	(257)	(3.180)	(789)	(951)	(35.754)
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2015	11.487	114	19	1.484	30.780	781	44.665
Saldo em 31/03/2017	10.899	114	10	848	32.439	718	45.028
Taxas de amortização	0,63%	-	0,95%	-	-	20%	

Custo	Consolidado						Total
	Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (iv)	Ágio na aquisição da Transbrasiliana (v)	Projetos de atividades portuárias (vi)	Projetos/Estudos de PCHs (vii)	Outros Intangíveis	
Saldo em 31/12/2016	79.066	5.566.610	17.738	2.227	9.902	737	5.676.280
Adições	1.716	42.910	-	-	-	1	44.627
Baixas	-	(44)	-	-	-	(5)	(49)
Saldo em 31/03/2017	80.782	5.609.476	17.738	2.227	9.902	733	5.720.858
Amortização							
Saldo em 31/12/2016	(34.401)	(2.008.883)	(1.284)	-	-	(209)	(2.044.777)
Amortização	(1.353)	(87.164)	(178)	-	-	(2)	(88.697)
Amortização - mais valia	-	(17.101)	-	-	-	-	(17.101)
Baixas	-	18	-	-	-	-	18
Saldo em 31/03/2017	(35.754)	(2.113.130)	(1.462)	-	-	(211)	(2.150.557)
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2016	44.665	3.557.727	16.454	2.227	9.902	528	3.631.503
Saldo em 31/03/2017	45.028	3.496.346	16.276	2.227	9.902	522	3.570.301

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- (iii) As adições referem-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário, geração de energia e aeroportos. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em operação e serão amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações. A amortização alocada em Desenvolvimento de Projetos refere-se aos gastos com estudos desenvolvidos para o Leilão de Aeroportos da ANAC de 2012, que estão sendo amortizados durante o período de concessão do Aeroporto de Viracopos.
- (iv) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (v) Refere-se ao ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição da BRVias Holding TBR, controladora da concessionária Transbrasiliana.
- (vi) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário, que ainda não estão em fase operacional.
- (vii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, que ainda não estão em fase operacional.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2017 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital das companhias. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício.

Notas Explicativas

15. Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Taxa de juros	Consolidado	
			31/03/17	31/12/16
Triunfo (controladora):				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a	3.723	4.840
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Carta de fiança bancária	TJLP + 5%a.a.	11.963	12.476
Conta garantida - Santander	Não há	130% do CDI	-	2.235
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	Não há	CDI + 4,907% a.a.	28.724	28.325
Cédula de crédito bancário - Banco do Brasil	Coobrigações THP	140% do CDI	20.644	19.923
Concepa:				
Cédula de crédito bancário - Banco Original	Aval da Companhia e cessão de recebíveis	CDI + 5,536% a.a.	12.798	27.745
Cédula de crédito bancário - Santander	Não há	130% do CDI	4.254	16.277
Cédula de crédito bancário - BBM	Aval da Companhia e Rio Guaíba e cessão de recebíveis	CDI + 5,75% a.a.	13.919	31.205
Concer:				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Fiança da Companhia	8,0% a.a.	1.559	1.832
Cédula de crédito bancário - Banco Guanabara	Aval	CDI + 7,4424% a.a.	8.104	7.816
FINAME - Banco Mercedes	Alienação fiduciária dos bens financiados	6% a.a.	1.939	2.082
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	Aval proporcional da Companhia	CDI + 7,50% a.a.	7.342	6.992
FINAME - Banco Guanabara	Alienação fiduciária dos bens financiados e Notas Promissórias	4% a.a.	794	1.018
FINAME - Banco ABC do Brasil	Alienação fiduciária dos bens financiados e Notas Promissórias	7,5% a.a.	105	209
Cédula de crédito bancário - Banco Pine	Aval da Companhia	CDI + 6,5% a.a.	49.955	37.535
Cédula de crédito bancário - Banco ABC do Brasil	Não há	CDI + 4,9% a.a.	37.806	48.356
Empréstimo Ponte - BNDES	Fiança da Companhia	TJLP + 4,25% a.a.	205.668	193.487
Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo	Aval da Companhia	CDI + 7,0% a.a.	12.682	12.282
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra	Aval da Companhia	CDI + 8,3% a.a.	8.789	8.355
Arrendamento Mercantil	Alienação fiduciária dos bens financiados	8,89% a.a.	20	20
Crédito Direto ao Consumidor - Banco Guanabara	Alienação fiduciária dos bens financiados e aval	24,60% a.a.	121	138
Econorte:				
Conta garantida - Santander	Não há	132,5% do CDI.	15.000	1.200
Vessel:				
Arrendamento Mercantil – Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados e aval da Companhia	14,98% a.a.	-	132
FINAME – BNDES	Alienação fiduciária dos bens financiados e aval da Companhia	7,5% a.a.	4.152	4.651
Concebra:				
Empréstimo Ponte – BNDES	Fiança da Companhia e fiança bancária	TJLP + 2% a.a.	673.487	824.990
Cédula de crédito bancário - BDMG	Aval da Companhia	CDI + 2,5% a.a.	30.570	30.622
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	14,98% a.a.	380	592
Fiança Bancária – Banco do Brasil	Fiança da Companhia, alienação fiduciária de ações da Concebra e cessão de recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	124.261	-
Fiança Bancária – BDMG	Fiança da Companhia, alienação fiduciária de ações da Concebra e cessão de recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	74.484	-
Rio Bonito:				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Não há	12,8% a.a.	41	53
FINAME – Banco Santander	Alienação fiduciária e aval da Companhia	7,2% a.a. a 11,7% a.a.	29	47
CDC – Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	18,02% a.a.	33	41
CDC – Banco Volvo	Aval da Companhia	14,44% a.a.	-	4
Maestra:				
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Aval da Companhia	CDI + 5,8% a.a.	12.981	13.128
NTL:				
Financiamento de imobilizado – BNDES	Carta fiança e aval da Companhia	TJLP +4,16% a.a.	5.450	12.335
Transbrasiliana:				
Finem – BNDES	Penhor das ações	TJLP + 2,91% a.a.	182.623	186.269
Finame – BNDES	Aval da Companhia	TJLP + 2% a.a.	5	6
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	Aval da Companhia	CDI + 5,8% a.a.	24.972	25.167
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	16,77% a.a.	510	616
Arrendamento Mercantil – HP Financial	Alienação fiduciária dos bens financiados	11,26% a.a.	620	1.094
Cédula de crédito bancário – BTG Pactual	Ações Tijoá e aval da Companhia	CDI + 7,0% a.a.	86.712	82.888
Arrendamento Mercantil - Banco Volksvagem	Alienação fiduciária dos bens financiados	21,2% a.a.	235	-
Finame - Banco Volksvagem	Alienação fiduciária dos bens financiados	13,25% a.a.	254	-
Cédula de crédito bancário - Banco Volksvagem	Alienação fiduciária dos bens financiados	23,51% a.a.	96	-
			1.667.804	1.646.983
Parcela do circulante			1.299.091	1.421.838
Parcela do não circulante			368.713	225.145

Notas Explicativas

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 31 de março de 2017 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2018	12.585	232.184
2019	2.196	27.387
2020	2.196	25.280
2021	2.196	29.566
A partir de 2022	1.437	54.296
	20.610	368.713

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros.

Em 31 de março de 2017, as cláusulas restritivas dos contratos da Companhia e de suas controladas estão sendo cumpridas, exceto pelos empréstimos ponte da Concer e da Concebra com o BNDES, que encontram-se vencidos. No entanto, nenhum efeito contábil seria registrado, uma vez que os financiamentos citados já estão classificados integralmente no passivo circulante.

A Administração da Companhia está trabalhando para melhorar sua estrutura de capital, negociando alternativas para o alongamento do perfil do seu endividamento na controladora e em suas controladas.

O elevado grau de endividamento no curto prazo deve-se principalmente aos financiamentos do BNDES liberados na modalidade de empréstimos ponte às controladas Concer e Concebra, que seria readequado com a liberação dos empréstimos na modalidade longo prazo da mesma instituição financeira.

Para a controlada Concebra, no dia 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo, no valor de R\$3.600.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do montante de R\$470.000 com taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do período de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. O primeiro desembolso do financiamento seria destinado à quitação do empréstimo ponte, concedido pelo BNDES à Concebra em setembro de 2015. Até o momento a controlada não recebeu a liberação do financiamento de longo prazo e, desta forma, não foi possível realizar a liquidação do empréstimo-ponte.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, as controladas Concer e Concebra tomaram conhecimento da existência de ações de execução movidas pelo BNDES para que efetuem, em parcela única, o pagamento dos empréstimos-ponte concedidos para as controladas. A exigibilidade de tais dívidas já está sendo controvertida em ações que a Companhia ajuizou, juntamente com suas controladas, em face do BNDES, perante a Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro. Até a data de divulgação das Informações Trimestrais, a Companhia ainda não recebeu citação.

Notas Explicativas

16. Debêntures

Emissora	Série	Debêntures Emitidas	Data Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	Taxa efetiva de juros a.a.	Saldos em					
										31/03/2017	31/12/2016				
Econorte (i)	3ª Emissão	24.600	15/04/2015	Abril/2020	246.000	(6.435)	239.565	CDI + 3,20%	CDI + 3,95%	221.776	212.617				
Vessel-log (ii)	1ª Emissão	145.000	21/09/2012	Março/2017	145.000	(3.188)	141.812	IPCA + 7,60%	IPCA + 8,19%	39.763	38.159				
Concer (iii)	1ª Emissão	200	12/07/2013	Janeiro/2017	200.000	(8.750)	191.250	CDI + 3,85%	CDI + 4,82%	155.894	167.092				
BRVias Holding TBR (iv)	1ª Emissão	44.000	22/12/2010	Dezembro/2021	44.000	-	44.000	IGPM + 12%	IGPM + 12%	64.466	73.329				
Vênus (v)	1ª Emissão	699.331	23/11/2016	Janeiro / 2021	647.300	(7.355)	639.945	13,5% a 15,5% + variação cambial	23,64%	731.934	678.461				
										1.282.300	(25.728)	1.256.572	1.213.833	1.169.658	
													Circulante	270.765	222.634
													Não circulante	943.068	947.024

- (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, aprovadas pela CVM em 9 de abril de 2015. Foram contratados instrumentos financeiros derivativos (Swap), vinculados a esta emissão (vide nota explicativa 26c), e para melhor apresentar o efeito dessa operação nas informações trimestrais foi aplicado *Hedge Accounting*, gerando ajustes a valor justo no saldo de debêntures a pagar. Os gastos com emissão, apresentados como redutores do saldo devedor, representa o montante de R\$4.440, e o ajuste a valor justo, também apresentado compondo o saldo devedor, representa o montante de R\$1.747 em 31 de março de 2017.
- (ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussórias, em 4 séries. Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.070 e R\$1.487 em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, respectivamente. Os índices financeiros da cláusula de vencimento antecipado da escritura de debêntures da Vessel estão atrelados aos índices da controladora TPI. Não houve pagamento da parcela de março de 2017, ensejando o vencimento antecipado das debêntures. A Companhia encontra-se em tratativas com os debenturistas para negociação do saldo devedor.
- (iii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória. Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$3.300 e R\$3.950 em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, respectivamente. Não houve pagamento das notas promissórias da Concer em janeiro de 2017, ensejando o vencimento antecipado das debêntures da controlada. A Concer encontra-se em tratativas com os credores para negociação do saldo devedor.
- (iv) Debêntures simples, não conversíveis em ações, com amortizações anuais desde dezembro de 2012.
- (v) Debêntures privadas conversíveis em ações, com remuneração de 13,5% a 15,5% a.a. durante o período, incluindo ainda variação cambial e prêmio a ser pago no vencimento. A emissão possui como garantia a alienação fiduciária de ações da Portonave, subordinada aos atuais debenturistas do ativo. O saldo desta debênture está registrado a *Fair Value Option* devido às opções de câmbio e do prêmio, vide maiores detalhes dos derivativos na nota explicativa nº 26. Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$6.619 em 31 de março de 2017 (R\$7.061 em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de março de 2017, exceto pelo mencionado nos itens ii) e iii) acima, as cláusulas restritivas das escrituras de debêntures da Companhia e de suas controladas estão sendo cumpridas.

A parcela registrada no passivo não circulante em 31 de março de 2017, com vencimento até o ano 2021, está assim distribuída:

Ano	Consolidado
2018	66.265
2019	86.139
2020	52.853
2021	737.811
	943.068

Notas Explicativas

17. Notas Promissórias

Emissora	Data Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Taxa de juros	31/03/2017	31/12/2016
Concer	14/07/2016	Janeiro/2017	210.000	CDI + 2,00%	205.033	216.993
					205.033	216.993

Os recursos foram utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040. Em 16 de janeiro de 2017 foi declarado o vencimento das Notas Promissórias da Concer. A controlada encontra-se em negociação com os credores, porém a dívida foi parcialmente amortizada no primeiro trimestre de 2017.

18. Obrigações do Contrato de Concessão

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente. A provisão para manutenção é trazida a valor presente utilizando-se a taxa interna de retorno das respectivas concessões.

	Consolidado				
	Econorte	Concebra	Concer	Transbrasiliana	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	36.993	139.387	598	1.484	178.462
Constituição da provisão para manutenção	3.569	7.179	-	30	10.778
Efeito do valor presente sobre a constituição	1.181	4.855	-	-	6.036
Realização da manutenção	(1.337)	-	-	-	(1.337)
Ajuste a valor presente - realizações	(732)	-	-	-	(732)
Saldos em 31 de março de 2017	39.674	151.421	598	1.514	193.207
Circulante	26.532	-	598	-	27.130
Não circulante	13.142	151.421	-	1.514	166.077

19. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	1.599	4.977
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	494	511	11.076	11.606
Imposto de Renda Retido na Fonte	-	-	4.172	3.824
Cofins	1.115	614	41.086	39.229
PIS	182	100	7.936	7.172
INSS	-	-	8.994	9.399
Imposto Sobre Serviços	-	1	35.023	31.993
Imposto sobre Operações Financeiras	1.524	633	8.424	7.231
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	34	-	2.394	2.160
ICMS	-	-	8.165	9.007
Outros impostos e contribuições	-	125	11.511	7.193
	3.349	1.984	140.380	133.791
Parcela do circulante	3.349	1.984	111.624	106.867
Parcela do não circulante	-	-	28.756	26.924

Notas Explicativas

20. Provisão para demandas judiciais e administrativas

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				31/03/17
	31/12/16	Adições	Reversões	Pagamentos	
Processos cíveis	2.506	594	(250)	-	2.850
Processos tributários	381	152	-	-	533
Processos trabalhistas	2.020	715	(42)	(158)	2.535
Total provisão	<u>4.907</u>	<u>1.461</u>	<u>(292)</u>	<u>(158)</u>	5.918

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

A Companhia e suas controladas são polo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$144.875 e R\$133.781 em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2017, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Deste total de aumento autorizado, até 31 de março de 2017 já foram emitidas 92.575.734 novas ações.

b) Ações em tesouraria

Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão, com prazo de 365 dias, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto atual das ações da Companhia no Mercado.

Em 22 de março de 2016, foi aprovado novo programa de recompra de ações, com prazo máximo de 18 meses. Poderão ser adquiridas até 4.750.200 ações ordinárias, dentro do limite de 10,0% da quantidade de ações em circulação, conforme definição do artigo 5º da Instrução CVM 10/80.

Até 31 de março de 2017 foram recompradas 2.493.400 ações, totalizando R\$10.894.

Notas Explicativas

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados” integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A controlada em conjunto Portonave efetuou ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. O valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e são realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

e) Lucro (Prejuízo) por ação

	31/03/2017	31/03/2016
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(100.964)	(25.097)
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	173.506.600	174.026.318
Média ponderada das opções exercíveis ao final do período – diluído	2.000.000	2.000.000
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	(2.000.000)	(1.999.996)
Resultado por ação – básico	(0,58190)	(0,14421)
Resultado por ação – diluído	(0,58190)	(0,14421)
Resultado por ação - básico e diluído das operações continuadas	(0,55178)	(0,18088)
Resultado por ação - básico e diluído das operações descontinuadas	(0,03013)	0,03667

Em exercícios anteriores, o Conselho de Administração aprovou outorgas de opção de compra de 2.000.000 ações da Companhia para executivos e empregados. Estas opções não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 31 de março de 2017, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período. As despesas referentes as opções de compra de ações foram totalmente reconhecidas em exercícios anteriores.

Notas Explicativas

f) Lucro (Prejuízo) base de dividendos

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Lucro (Prejuízo) líquido	(100.964)	(25.097)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	5.142	4.612
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	6.213	6.690
Lucro (Prejuízo) Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	(89.609)	(13.795)
(-) Constituição da Reserva Legal (5% do lucro líquido)	-	-
Lucro (Prejuízo) base de dividendos	(89.609)	(13.795)

g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

h) Participação de acionistas não controladores

O saldo de participação de acionistas não controladores apresentado no Patrimônio Líquido consolidado refere-se à parcela dos demais acionistas das investidas Concer e Rio Bonito, que são consolidadas integralmente pela Companhia. As transações de não controladores são basicamente relacionadas ao resultado de equivalência e aos aportes de capital efetuados pelos acionistas minoritários nas investidas.

22. Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	341.366	326.433
Construção de ativos das concessões de rodovia	37.018	114.489
Outros	2.819	2.487
	381.203	443.409
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(29.331)	(28.059)
	351.872	415.350

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela

Notas Explicativas

prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

A Companhia também avaliou que não está previsto no contrato original de concessão qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção nas concessões rodoviárias.

Diferente disso, no aditivo contratual da controlada Concer, está previsto remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Com base neste cenário, foram determinadas as margens com relação às receitas de construção do aditivo contratual.

A controlada Concebra, com base em estudos realizados e levantamentos internos, identificou custos que só existem em função das obras de duplicação e recuperação das rodovias e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Concebra contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2014, margem de construção de 2,6% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela administração para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias

Receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros.

23. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura						Total Importância segurada (i)
	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	Outros	
Econorte	10.000	84.353	3.000	-	89.691	-	187.044
Concer	18.841	103.331	43.742	-	17.310	10.000	193.224
Concepa	4.000	405.015	3.907	-	29.110	6.400	448.432
Concebra	10.000	20.000	10.000	-	428.550	2.683	471.233
Portonave	-	-	-	-	-	-	-
Aeroportos Brasil - Viracopos	20.000	2.425.184	1.000	-	406.942	320	2.853.446
Tijóá	20.000	653.000	-	-	-	-	673.000
Transbrasiliana	10.000	975.176	18.500	-	58.582	367	1.062.625
Vetria	-	-	-	-	50.414	-	50.414
TPI	-	-	-	40.000	-	7.000	98.703
Total R\$	92.841	4.666.059	80.149	40.000	1.080.599	26.770	5.986.418
Aeroportos Brasil - Viracopos	500.000	-	-	-	-	-	500.000
Total US\$	500.000	-	-	-	-	-	500.000

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices.

Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

24. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2017 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$12.288. O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró labore	1.422	1.422	3.431	3.694
Encargos sociais	392	443	425	940
Benefícios diretos e indiretos	29	66	187	260
Participações nos resultados	540	1.041	552	1.453
	2.383	2.972	4.595	6.347

25. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	-	2.130	1.115	3.565
Instrumentos derivativos	-	-	735	1.807
Juros recebidos	-	-	142	681
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	7.312	6.563	66	873
Outros juros e descontos obtidos	4.908	5.947	548	4.913
	12.220	14.640	2.606	11.839
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	-	-	(10.036)	(25.325)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(9.674)	(30.110)	(118.422)	(86.215)
Outros juros, multas e atualizações	(1.531)	(2.608)	(14.360)	(17.171)
Instrumentos derivativos	-	-	(335)	(4.725)
Valor justo debêntures	(33.876)	-	(53.648)	(9.454)
Impostos sobre operações financeiras	(442)	(3.541)	(1.203)	(4.022)
	(45.523)	(36.259)	(198.004)	(146.912)
Resultado financeiro	(33.303)	(21.619)	(195.398)	(135.073)

26. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Notas Explicativas

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Ativos Financeiros				
Aplicações financeiras vinculadas	47.634	34.875	47.634	34.875
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-
Total	47.634	34.875	47.634	34.875
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	1.667.804	1.646.983	1.667.804	1.646.983
Debêntures	1.213.833	1.169.658	1.213.833	1.169.658
Notas Promissórias	205.033	216.993	205.033	216.993
Dividendos	270.765	41.543	270.765	41.543
Instrumentos Financeiros Derivativos	23.262	23.662	23.262	23.662
Total	3.380.697	3.098.839	3.380.697	3.098.839

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A debênture da Econorte, que é objeto de hedge, é mensurada a valor justo.
- A debênture da Vênus foi reconhecida como um passivo a valor justo por meio de resultado, utilizando técnicas de avaliação e premissas que são praticadas no mercado.
- Os demais empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

b) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	31 de março de 2017		
	Ativos/passivos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Inputs significativamente observáveis (Nível 2)	Inputs significativamente inobserváveis (Nível 3)
Ativos/Passivos mensuráveis a valor justo			
Debênture (Econorte)	-	221.776	-
Derivativo (swap)	-	23.262	-
Debêntures (Vênus)	-	-	731.934
Ativos/Passivos com divulgação do valor justo			
Debênture (Econorte)	-	221.776	-
Derivativo (swap)	-	23.262	-
Debêntures (Vênus)	-	-	731.934

Notas Explicativas

c) Instrumentos financeiros derivativos

- Econorte:

Em 31 de março de 2017, a controlada Econorte mantinha um contrato de Swap de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger a remuneração de juros de CDI + 1,90% a.a. referente à 3ª Emissão de Debêntures da Econorte. O contrato de swap prevê que a Econorte transfira o risco de CDI + 1,90% a.a. para o banco em troca de IPCA + 9,10% a.a.

O valor nominal contratado foi de R\$ 246.000 com vencimento semestral sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de abril de 2020. Os vencimentos do Swap correspondem aos pagamentos de juros da debênture.

A Econorte implementou Hedge de valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo são registrados diretamente na demonstração do resultado.

Os efeitos da mensuração a valor justo do swap e da debênture estão representados no quadro abaixo. A ineficácia reconhecida apurada na data base da apresentação das demonstrações financeiras foi insignificante.

A Econorte mantém controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

Instrumentos Derivativos

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Ganho/Perda instrumentos derivativos	(24.636)	(24.891)
Marcação a mercado derivativos	1.374	1.229
Total instrumentos financeiros derivativos	(23.262)	(23.662)
Ativo Circulante	-	-
Passivo Circulante	(637)	(10)
Passivo Não circulante	(22.625)	(23.652)
	(23.262)	(23.662)

Ajuste a valor justo debêntures

	31/03/2017	31/12/2016
Ajuste valor justo das debêntures	(1.747)	(1.130)
Total ajuste valor justo debêntures	(1.747)	(1.130)
Efeito no Passivo Circulante	(9.775)	(15.830)
Efeito no Passivo Não circulante	8.028	14.700

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta a perda com valor justo do swap segregado por período:

Prazo	2017	2018	2019	2020	Total
Valor	(637)	(6.434)	(10.333)	(5.858)	(23.262)

- Vênus:

Em novembro de 2016, a controlada Vênus emitiu Debêntures privadas conversíveis em ações, conforme descrito na nota explicativa nº 16, com remuneração de 13,5% a.a. nos primeiros 12 meses, 14,5% a.a. do 13º ao 24º mês e 15,5% a partir do 25º mês. A remuneração inclui ainda variação cambial caso as cotações do dólar estejam abaixo de R\$2,91 ou acima de R\$3,14, com PTAX limite de R\$3,99 do 1º ao 12º mês, R\$4,24 do 13º ao 24º mês, R\$4,45 do 25º ao 36º mês e R\$4,70 do 37º ao 48º mês.

O prazo da dívida é 50 meses, e o vencimento ocorre integralmente em janeiro de 2021, podendo ser antecipado a qualquer momento.

Adicionalmente, poderá ser pago ao debenturista um prêmio, no 50º mês após a emissão da dívida (data de vencimento), o valor resultante da diferença entre a média ponderada por volume financeiro de negociação das ações da TPI na BMF&BOVESPA durante os 60 pregões que antecederem a data de vencimento e o valor de R\$4,46, multiplicado por 15.000.000.

O saldo desta debênture está registrado a *Fair Value Option* devido às opções de câmbio e do prêmio.

O valor justo da debênture da controlada Vênus, foi mensurado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado. O valor justo representa R\$738.553 composto por R\$564.180 referentes ao valor justo da dívida, R\$135.865 referentes às opções de câmbio e R\$38.508 referentes ao prêmio da opção de remuneração adicional.

d) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2017, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 13,50% para o ano de 2017 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2017, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Notas Explicativas*Triunfo (Controladora e consolidado)*

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI			
Triunfo	CDI	29	22	14
Econorte	CDI	3.331	2.498	1.666
Transbrasiliana	CDI	709	532	355
BR Vias Holding TBR	CDI	20	15	10
Concebra	CDI	362	272	181
Rio Claro	CDI	18	14	9
NTL	CDI	8	6	4
R\$52.682 (*)		4.477	3.359	2.239
Taxa/índice sujeitos às variações (**)	CDI	8,50%	6,38%	4,25%

(*) Saldos em 31 de março de 2017 aplicados em CDB e Fundos DI

(**) Fonte BACEN

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de março de 2017, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA projetados para o ano de 2017, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2017 e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de março de 2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Triunfo (Controladora e Consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos BNDES – Concebra	TJLP	50.512	63.139	75.767
Cédula de crédito bancário BDMG - Concebra	CDI	2.598	3.248	3.898
Empréstimo Ponte - Banco do Brasil – Concebra	CDI	10.562	13.203	15.843
Empréstimo Ponte – BMDG – Concebra	CDI	6.331	7.914	9.497
Cédula de crédito bancário Original - Concepa	CDI	1.088	1.360	1.632
Cédula de crédito bancário Santander - Concepa	CDI	362	452	542
Cédula de crédito bancário BBM - Concepa	CDI	1.183	1.479	1.775
Finep - Triunfo	TJLP	897	1.122	1.346
Conta garantida Bic Banco - Triunfo	CDI	2.442	3.052	3.662
Cédula de crédito bancário - Banco do Brasil - Triunfo	CDI	1.755	2.193	2.632
Cédula de crédito bancário - Banco Guanabara - Concer	CDI	689	861	1.033
Cédula de crédito bancário - Banco ABC do Brasil - Concer	CDI	3.214	4.017	4.820
CCB Banco Pine - Concer	CDI	4.246	5.308	6.369
CCB Banco Pan - Concer	CDI	624	780	936
Notas promissórias - Concer	CDI	17.428	21.785	26.142
Conta Garantida Banco Credito Varejo - Concer	CDI	1.078	1.347	1.617
Empréstimo Ponte BNDES -Concer	TJLP	15.425	19.281	23.138
Cédula de crédito bancário Banco Fibra - Concer	CDI	747	934	1.121
CCB Banco ABC - Maestra	CDI	1.103	1.379	1.655
Financiamento de Imobilizado BNDES - NTL	TJLP	409	511	613
Finem BNDES - Transbrasiliana	TJLP	13.697	17.121	20.545
Finame BNDES - Transbrasiliana	TJLP	-	-	1
Nota de crédito Banco ABC - Transbrasiliana	CDI	2.123	2.653	3.184
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual - Transbrasiliana	CDI	7.371	9.213	11.056
Cédula de crédito bancário - Banco Santander - Econorte	CDI	1.275	1.594	1.913
R\$1.858.226 (**)		147.159	183.946	220.737

Notas Explicativas

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures - Econorte	CDI	18.851	23.564	28.276
Debêntures - Concer	CDI	13.251	16.564	19.876
Debêntures - Vessel-log	IPCA	1.789	2.237	2.684
Debêntures - BR Vias Holding TBR	IGP-M	3.191	3.989	4.787
R\$481.899 (**)		37.082	46.354	55.623
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IGP-M	4,95%	6,19%	7,43%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Taxa/Índice sujeitos às variações (***)	IPCA	4,50%	5,63%	6,75%

(*) Saldos em 31 de março de 2017

(**) Fonte: BACEN

(***) Fonte: Relatório Santander

Para verificar a sensibilidade da debênture da Vênus e seus derivativos financeiros, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2017, e a partir destes calculadas variações positivas e negativas de 25% e 50%. Foram analisados os riscos cambial, de crédito e do prêmio.

Vênus (Consolidado)

Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
		- 50%	- 25%	25%	50%
Risco cambial (USD) (i)	(232.850)	282.958	67.871	(233.947)	(237.426)
Risco de crédito (ii)	(34.663)	(64.825)	(31.299)	29.248	56.604
Risco da ação da TPI (iii)	(16.320)	26.951	14.456	(15.613)	(31.954)

(i) Efeito da opção do câmbio no valor justo da operação. Para o cenário provável foi utilizado o câmbio projetado para 2017 de R\$3,15 divulgado pelo BACEN.

(ii) O cenário provável representa a variação do risco de crédito da Companhia e benchmark, implícitos no valor justo da dívida em 31 de março de 2017.

(iii) Utilizada a expectativa do preço futuro da ação da TPI para 31 de dezembro de 2017, conforme consulta à Bloomberg.

e) Análise de riscos

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

i) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de

Notas Explicativas

recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

ii) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Aproximadamente 50,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%.

iii) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

iv) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

v) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

As atividades do segmento de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

vi) Gestão de capital

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. A Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

Notas Explicativas

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	65.054	67.799	1.667.804	1.646.983
Debêntures (Nota 16)	-	-	1.213.833	1.169.658
Notas promissórias (Nota 17)	-	-	205.033	216.993
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(346)	(350)	(73.508)	(69.781)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	-	-	(47.634)	(34.875)
Dívida líquida	64.708	67.449	2.965.528	2.928.978
Patrimônio líquido	874.627	975.591	1.005.099	1.111.301
Total do capital	939.335	1.043.040	3.970.627	4.040.279
Índice de alavancagem financeira - %	6,89	6,47	74,69	72,49

27. Informações por segmento

Nos segmentos operacionais consolidados da Companhia estão os seguintes negócios:

- Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Dable, Holding TBR, Transbrasiliana, Concebra, Triunfo Convale, Rio Paraíba, Maestra e Vessel;
- Administração de portos: TPI-Log e Vênus;
- Energia: Juno;
- Holding: a Companhia;
- Outros: NTL, Terlip, Rio Claro, Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Rio Dourado, Netuno, Mercúrio, Minerva e ATTT.

As controladas em conjunto que atuam nos segmentos portuário, aeroportuário e de energia não são consolidadas pela Companhia e encontram-se destinadas à venda (vide nota explicativa nº 11).

A Companhia possui atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Notas Explicativas

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	31/03/2017						Consolidado
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	351.872	-	-	-	-	-	351.872
Custos dos serviços prestados	(235.662)	-	-	-	-	-	(235.662)
Lucro bruto	116.210	-	-	-	-	-	116.210
Receitas (Despesas) operacionais	(37.131)	(96)	992	(326)	(62.434)	55.518	(43.477)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	79.079	(96)	992	(326)	(62.434)	55.518	72.733
Resultado financeiro	(141.462)	(19.597)	-	(1.036)	(33.303)	-	(195.398)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(62.383)	(19.693)	992	(1.362)	(95.737)	55.518	(122.665)
Imposto de renda e contribuição social	21.690	-	-	-	-	-	21.690
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(40.693)	(19.693)	992	(1.362)	(95.737)	55.518	(100.975)
Resultado de operações descontinuadas	-	3.800	1.498	-	(5.227)	(5.298)	(5.227)
Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas	(40.693)	(15.893)	2.490	(1.362)	(100.964)	50.220	(106.202)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	5.238	5.238
Lucro (prejuízo) líquido do período	(40.693)	(15.893)	2.490	(1.362)	(100.964)	55.458	(100.964)
Ativos totais por segmento	4.114.479	893.403	18.506	50.335	2.023.284	(2.147.015)	4.952.992
Passivos totais por segmento	3.299.601	741.493	19.473	17.480	1.148.657	(1.278.811)	3.947.893

	31/03/2016						Consolidado
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	415.350	-	-	-	-	-	415.350
Custos dos serviços prestados	(271.375)	-	-	-	-	-	(271.375)
Lucro bruto	143.975	-	-	-	-	-	143.975
Receitas (Despesas) operacionais	(38.240)	1.765	1.065	(23)	(9.859)	(1.054)	(46.346)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	105.735	1.765	1.065	(23)	(9.859)	(1.054)	97.629
Resultado financeiro	(113.448)	-	(6)	-	(21.619)	-	(135.073)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(7.713)	1.765	1.059	(23)	(31.478)	(1.054)	(37.444)
Imposto de renda e contribuição social	4.015	-	-	-	-	-	4.015
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(3.698)	1.765	1.059	(23)	(25.097)	(1.054)	(33.429)
Operações mantidas a venda							
Lucro após o imposto do período resultante de participações a comercializar	-	-	-	-	6.381	-	6.381
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	(3.698)	1.765	1.059	(23)	(25.097)	(1.054)	(27.048)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	1.951	1.951
Lucro (prejuízo) líquido do período	(3.698)	1.765	1.059	(23)	(25.097)	897	(25.097)
Ativos totais por segmento (em 31/12/2016)	4.109.506	855.808	17.008	60.144	2.072.794	(2.140.905)	4.974.355
Passivos totais por segmento (em 31/12/2016)	3.259.523	688.020	19.473	25.955	1.097.203	(1.227.120)	3.863.054

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

Notas Explicativas

28. Compromissos das concessões

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer

A Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê investimentos anuais remanescentes conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2017	32.369
2018 a 2021	36.006
	<u>68.375</u>

Os valores apresentados foram atualizados de acordo com o índice de atualização da tarifa constante da 23ª revisão do PER, aprovada em agosto de 2016. Tal índice foi de 4,71016.

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão e aditivos como segue:

	<u>31/03/17</u>	<u>31/03/16</u>
Receita de construção	4.976	43.100
Custo de construção	(3.514)	(33.120)
	<u>1.462</u>	<u>9.980</u>

A margem apresentada no reconhecimento de receita de construção da Concer é referente ao 12º aditivo do contrato de concessão, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.

Notas Explicativas

b) Concepa

A Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê investimentos anuais remanescentes conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2017	219
	<u>219</u>

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, os aluguéis mínimos futuros a pagar, em 31 de março de 2017 são os seguintes:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2017	175
	<u>175</u>

Adicionalmente, a controlada Concepa assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$100 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$70 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/03/17</u>	<u>31/03/16</u>
Receita de construção	11.019	5.948
Custo de construção	(11.019)	(5.948)
	<u>-</u>	<u>-</u>

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, estão previstos investimentos anuais remanescentes de acordo com o cronograma de desembolsos a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2017	13.997
2018	18.763
2019	15.357
Após 2020	274.647
	<u>322.764</u>

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Econorte assumiu o seguinte compromisso decorrente da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/03/17</u>	<u>31/03/16</u>
Receita de construção	6.834	5.599
Custo de construção	(6.834)	(5.599)
	<u>-</u>	<u>-</u>

d) Concebra

A Concebra assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 5 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê investimentos anuais conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2017	860.583
2018	965.528
2019	1.024.243
2020 até 2044	5.201.490
	<u>8.051.844</u>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/03/17</u>	<u>31/03/16</u>
Receita de construção	11.430	45.279
Custo de construção	(11.140)	(44.131)
	<u>290</u>	<u>1.148</u>

e) Transbrasiliana

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Os investimentos anuais remanescentes previstos no PER estão demonstrados abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2017	12.761
2018	71.795
2019	8.049
2020	34.163
2021 até 2032	180.972
	<u>307.740</u>

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/03/17</u>	<u>31/03/16</u>
Receita de construção	2.759	17.002
Custo de construção	(2.759)	(17.002)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Ressalta-se que, além dos compromissos descritos acima, as controladas Concer, Concepa, Econorte, Concebra e Transbrasiliana não assumiram qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação das rodovias sob sua concessão.

29. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da controladora no período findo em 31 de março de 2017 totalizaram R\$1.538 (R\$6.064 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$1.772 (R\$ 6.643 no consolidado) respectivamente.

As contribuições da controladora no período findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$1.481 (R\$5.946 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$1.847 (R\$ 6.483 no consolidado) respectivamente.

O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 31 de março de 2017 é de 1.058 participantes (1.238 participantes em 31 de dezembro de 2016).

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.						
Companhia:					Posição em 31 de março de 2017 (Em Mil Ações)	
TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	97.750	55,54	-	-	97.750	55,54
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	25.966	14,75	-	-	25.966	14,75
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	2.000	1,14	-	-	2.000	1,14
Miguel Ferreira Aguiar	1.430	0,81	-	-	1.430	0,81
Wilson Piovezan	1.050	0,60	-	-	1.050	0,60
Carlo Alberto Bottarelli	600	0,34	-	-	600	0,34
Sandro Antônio de Lima	30	0,02	-	-	30	0,02
Explorador Capital Management (i)	20.284	11,52	-	-	20.284	11,52
Ações em tesouraria	2.493	1,42	-	-	2.493	1,42
Outros	24.397	13,86	-	-	24.397	13,86
Total	176.000	100,0	-	-	176.000	100,0

(i) Companhia domiciliada no exterior.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO ACIONISTA CONTROLADOR DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação:					Posição em 31 de março de 2017 (Em Mil Ações ou Cotas)	
THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.						
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
João Villar Garcia	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Wilson Piovezan	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Klavier Investimentos S.A.	13.535	10,0	-	-	13.535	10,0
Total	135.359	100,0	-	-	135.359	100,0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31 de março de 2017						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
BNDES Participações S.A.	25.966.004	14,75	-	-	25.966.004	14,75
Controladores e Administradores						
Controladores						
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	2.000.200	1,14	-	-	2.000.200	1,14
Miguel Ferreira Aguiar	1.430.000	0,81	-	-	1.430.000	0,81
Wilson Piovezan	1.050.000	0,60	-	-	1.050.000	0,60
Administradores						
Conselho de Administração	16.565	0,01	-	-	16.565	0,01
Diretoria	630.000	0,36	-	-	630.000	0,36
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	2.493.400	1,42	-	-	2.493.400	1,42
Ações em circulação	44.663.831	25,37	-	-	44.663.831	25,37
Total	176.000.000	100,00	-	-	176.000.000	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31 de Março de 2016						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
BNDES Participações S.A.	25.966.004	14,75	-	-	25.966.004	14,75
Controladores e Administradores						
Controladores						
João Villar Garcia	61.800	0,04	-	-	61.800	0,04
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	2.000.200	1,13	-	-	2.000.200	1,13
Miguel Ferreira Aguiar	1.430.000	0,81	-	-	1.430.000	0,81
Wilson Piovezan	1.050.000	0,60	-	-	1.050.000	0,60
Administradores						
Conselho de Administração	16.566	0,01	-	-	16.565	0,01
Diretoria	630.000	0,36	-	-	630.000	0,36
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	2.256.100	1,28	-	-	2.256.100	1,28
Ações em circulação	44.839.330	25,48	-	-	44.839.330	25,48
Total	176.000.000	100,00	-	-	176.000.000	100

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR respectivamente referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Continuidade operacional da TPI - Triunfo Participação e Investimentos S.A. e controladas

A continuidade das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - Concer, Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. e Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., denominadas em conjunto “controladas”, dependem de aportes de capital próprio e/ou de terceiros para cumprir com as dívidas vencidas nas controladas até 31 de março de 2017 e a vencer nos próximos 12 meses, conforme Notas Explicativas nº 1 i, ii), iv), v) e vi) e 15. Os planos da Administração para continuidade operacional da Companhia e suas controladas estão descritas na Nota Explicativa nº 1 e preveem alienação de ativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas Notas Explicativas, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade dos investimentos necessários para manutenção de suas operações. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Continuidade operacional da controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Sem ressaltar nossa conclusão, chamamos atenção para as Nota Explicativa nº 11 às informações contábeis intermediárias, que indica que a controlada indireta em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. ("ABV"), controlada da Aeroportos Brasil S.A., incorreu no prejuízo de R\$71.148 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2017 e que, naquela data, apresenta insuficiência de capital circulante líquido de R\$442.506 mil e R\$440.268 mil, individual e consolidado, respectivamente. Conforme descrito na referida nota explicativa, a ABV encontra-se em fase de reorganização financeira e operacional, de forma a equalizar sua insuficiência de capital circulante líquido, que decorre, principalmente, da retração econômica com reflexos em suas operações e do elevado endividamento, em especial relativo à outorga a pagar ao poder concedente pela concessão e a financiamentos obtidos com terceiros. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto: (i) à capacidade de continuidade operacional da ABV, bem como de realização de seus ativos e de liquidação de seus passivos, caso o plano de reorganização financeira e operacional, que envolve a renegociação de suas obrigações junto ao poder concedente e junto a credores, não seja concluído conforme esperado pela Administração da ABV; e (ii) à realização, por consequência, do ativo mantido para venda da Companhia na Aeroportos Brasil S.A. registrado pelo montante de R\$ 322.597 mil nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de 31 de março de 2017. Estas informações contábeis intermediárias foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da controlada indireta em conjunto ABV e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da ABV continuar operando.

Continuidade operacional da controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3 às informações contábeis intermediárias, a controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa encerrará suas operações em 4 de julho de 2017, em razão da conclusão do prazo de concessão. As informações contábeis intermediárias da investida foram preparadas no pressuposto do encerramento do contrato de concessão. Nossa conclusão não está sendo ressaltada em função deste assunto.

Revisão Interna

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, o Conselho de Administração da Companhia adotou ações investigativas com o propósito de prestar esclarecimentos específicos e concretos sobre os mandados de busca e apreensão, cumprido pela Polícia Federal, em 10 de novembro de 2016, na sede da Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de sua controlada Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte sobre determinados pagamentos realizados à empresas sob investigação de autoridades públicas.

As ações investigativas desses pagamentos ainda se encontram em andamento, e, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzidos pela Administração, bem como pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas emitidas para o período de três findo em 31 de março de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 11 de maio de 2016 sem qualquer modificação.

São Paulo, 10 de maio de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP249186/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais com o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernest & Young Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 10 de maio de 2017 e com as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 31 de março de 2017.

São Paulo, 10 de maio de 2017.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais com o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernest & Young Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 10 de maio de 2017 e com as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 31 de março de 2017.

São Paulo, 10 de maio de 2017.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores